

Cumbuca

Aracaju - Ano IV • Nº 11 Julho/16 • R\$15,00



ISSN 2317-5117



EDISE



EDISE

Expediente

Editor

Amaral Cavalcante

Design Gráfico

Felipe Ferreira

José Clécio

Giulliano Roberto

Agência Teaser

Revisão

Rosilene Santos

Coordenador de Pré-impressão

Marcos Nascimento

Assessoria Técnica

Jeferson Melo

Consultores nesta edição:

Ana Libório

Carlos Cauê

Pascoal Maynard

Gerente Editorial

Rosilene Santos

Colaboradores - Neste Número

Jaime Neto (jornalista) • Mario Britto (agente cultural) • Rian Santos (jornalista) • Ieda Vilela (poeta) • Danilo Sampaio (poeta)
Narciso Telles (crítico de artes) • Chico Varella (ator) • Ezio Déda (agente cultural) • Adelman Kenobi (crítico musical)
João Gama (escritor) • Marcos Cardoso (jornalista) • Samuel Albuquerque (historiador) • Anselmo Oliveira (poeta)

Cumbuca

Ano IV | Número 11

cumbuca@sgrase.se.gov.br

(79)3205-7421

Rua Propriá, 227 - Centro

Aracaju - SE



Governo do Estado de Sergipe

Governador

Jackson Barreto

Secretário de Estado de Governo

Benedito de Figueiredo

Secretário de Estado da Comunicação

José Sales Neto



Serviços Gráficos de Sergipe

Diretor-Presidente

Marcio Farias Barreto

Diretor Industrial

Milton Alves

Diretor Administrativo-Financeiro

Renata Santiago Vargas Roriz Silva Cruz

Cumbuca conta com o apoio da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado de Sergipe.

carta ao leitor

Chegamos na 11ª edição, completando três anos de publicação da revista Cumbuca. Sempre apresentando de forma leve e agradável a história de Sergipe, além de proporcionar uma leitura pelo mundo das artes, da cultura, não esquecendo de incentivar a difusão de ideias com a publicação de trabalhos literários e científicos.

Esta edição apresenta aos seus leitores uma capa com obra do artista Jorge Luiz Barros e intervenção gráfica do designer José Clécio. Assim, faz um passeio pela arte inquieta de Barros, muito bem retratada pelo jornalista Jaime Neto. Seguindo o cenário artístico, o pintor, escritor, desenhista, publicitário e professor de artes, Adauto Machado, tem sua vida retratada por Mário Britto.

Nesta edição, você confere ‘Sereia em pedra dura’, do editor de Cultura, do Jornal do Dia, Rian Santos, que apresenta o artista visual Cirulo, que segundo ele próprio, degenerado. Há, ainda, a poesia de Ieda Vilela e Danilo Sampaio.

Não poderíamos deixar de citar um dos mais antigos grupos de teatro do Brasil, o Imbuuçã. ‘Os brincantes do grupo Imbuuçã’ tem seu universo teatral visitado por Narciso Telles. Dando continuidade a linha cênica, Chico Varella faz uma contribuição à memória do teatro sergipano.

A indelével assinatura de Fernando Faro está presente em texto assinado por Ezio Déda. Na música, o caminho da Karne Krua é longo, mas está detalhado nas páginas da *Cumbuca*, em texto de Adelvan Kenobi.

‘Graciliano e eu’, de João Augusto Gama, rememora a ‘luta’ para prestar exame vestibular, na Faculdade de Direito, na época da Ditadura. E desse período, ‘Tortura e morte como política de Estado’, de Marcos Cardoso, cita os sergipanos presos, torturados e mortos.

A revista proporciona também a Emancipação Cultural de Sergipe, em texto do historiador Samuel Albuquerque, que lembra, sob sua lupa, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como melhor representatividade do processo de emancipação cultural do Estado. Finalizando a edição, Anselmo Oliveira apresenta o guardião da cultura sergipana, José Augusto Garcez.

Boa leitura!

Marcio Farias Barreto
Presidente da Segrase

sumário

04	Jorge Luiz Barros um artista coerente e inquieto <i>Jaime Neto</i>	16	Sereia em pedra dura <i>Rian Santos</i>	36	Fernando Faro e sua indelével assinatura <i>Ezio Déda</i>	50	Tortura e morte como política de estado <i>Marcos Cardoso</i>
12	Adauto Machado <i>Mário Britto</i>	26	Os brincantes do Grupo Imbuuçã <i>Narciso Telles</i>	42	O caminho da Karne Krua <i>Adelvan Kenobi</i>	58	Emancipação cultural de Sergipe <i>Samuel Albuquerque</i>
capa José Clécio foto/obra Jorje Luiz Barros (Recortes – esmalte s/ MDF)		20 - Poesia <i>Ieda Vilela</i> <i>Danilo Sampaio</i>					
		30 - Recital sem opus <i>Chico Varella</i>					
		48 - Graciliano e eu <i>João Augusto Gama</i>					
		64 - José Augusto Garcez <i>Anselmo Oliveira</i>					

Foto: Marcelo Freitas



JORGE LUIZ BARROS

Um artista coerente e inquieto

Jaime Neto

Todo artista sobrevive da arte em si. Para alguns é algo embrionário, oxigênio. Com Jorge Luiz Barros, a coisa bate lá fundo, reverbera e volta para a superfície do olhar do outro. Ele não faz arte para agradar ninguém. Tem um tempo particular próprio e digno de ser avaliado.



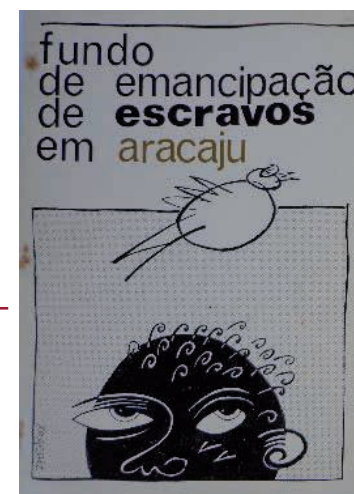


Caneta esferográfica
s/papel
(Anos 90)

contexto de suas cores, basicamente, azuladas. Inquieto, aos 17 anos trabalhou em um escritório de advocacia, tem formação acadêmica em Designer de Interiores, mas seu coração é feito de tinta, tela e lápis. Entrou para o mundo da pintura através da indicação do tio, que sinalizou o curso com o renomado artista Eurico Luiz, como forma do sobrinho expandir algo que certamente estava brotando sem direção. Através das aulas, Jorge ganhou um norte e se encontrou como garoto aprendiz do artista-mestre. Virou um tutelado, explorado positivamente para pintar conteúdo. Recebeu um choque de realidade artística, como se fosse um tapa na cara para acordar pro mundo, colocando-o no caminho certo, desnivelando-o da vida normal para ser um artista plástico iniciante. Jorge se viu pessoa, aluno, mestre, alguém. O desenho estava nele.

Percebendo que sua arte não estava restrita à Sergipe, o artista navegou por Curitiba, Salvador, Pernambuco e outros pontos cardeais, sendo bem recebido por onde apostava. Seus trabalhos, com tino vendável, chamavam a atenção de artistas experientes e críticos ferrenhos. A qualidade de sua produção (desenho) despertou o interesse do crítico de arte Roberto Pontual (diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro), que estava em Sergipe, no final da década de 70, buscando referências

Com uma carreira que iniciou na adolescência, Jorge vem marchando o caminho da arte com seus pés de homem normal, mas teimando em voar na inquietude do existir. O cérebro do artista funciona como uma porta para um planeta inabitável, onde personagens estranhos são criados de forma tão humana, que buscamos encontrar nós mesmos em seus traços. Acabamos nos perdendo no



Capas de publicações
da Secretaria Municipal
de Cultura
(Anos 80)

para compor a Mostra “Arte Agora” – um mix de vários trabalhos de artistas brasileiros. Apesar do reconhecimento, Jorge “não tinha, ainda, uma trajetória de cinco exposições em seu currículo” – fator classificatório para fazer parte da seleção carioca. Não foi aceito. Estava no início de tudo, mas nada que o fizesse desistir. Ao invés disso, criou seu próprio conteúdo, deixando aos críticos, o ofício de admirá-lo. Construiu sua identidade, contudo, nunca viveu apenas da arte por questões mercadológicas.

Ele. Ele mesmo. E Jorge.

Existe certa solidão em suas obras. É visível logo de cara. Cada tela, escultura, corresponde a uma única coisa em si. O que não nega o poder de suas coleções quando se junta tudo que o artista produziu. As coisas surgem depois de maturadas e bem estudadas. Com o olhar calculista, Jorge programa cada centímetro de seus projetos e pode levar “anos” em cima de uma única peça. Para ele, o processo criativo é visto como uma luta de espadas. A tela em branco exige dele uma ação. Um golpe. Vive a loucura de todo artista que venera o que produz. É narcisista na medida certa de cada tom pintado. Nem mais, nem menos. Tem o crivo certo de quem entende do assunto, de quem estudou a forma correta.

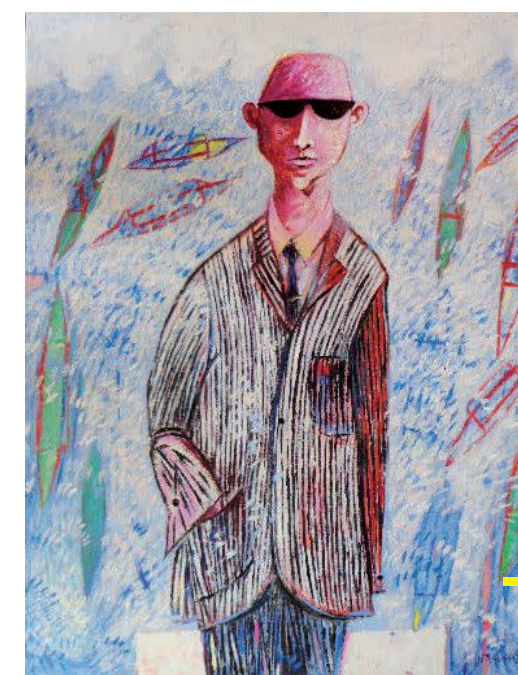
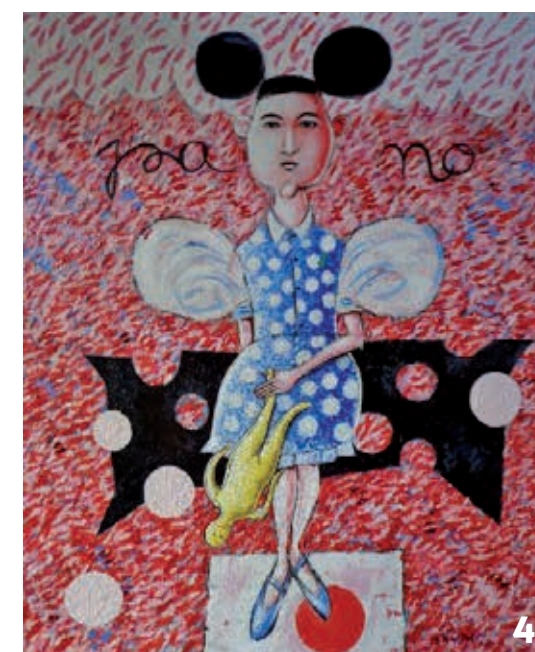


Figura
Acrílica s/tela
(Ano 2010)

No fim, tem o prazer de ver de fora sua própria criação. Além de tudo é gentil no olhar e na fala. Diferente de outros pintores.

Corpo. Estrutura caída. Semelhança.

Suas casas são tremidas. Seus retratos são tortos e certos ao mesmo tempo. Milimetricamente, Jorge faz com a mão livre uma espécie de forminha de bolo para produzir. Tudo tão calculado pelo olhar que chega a engasgar nossa atenção. Des-

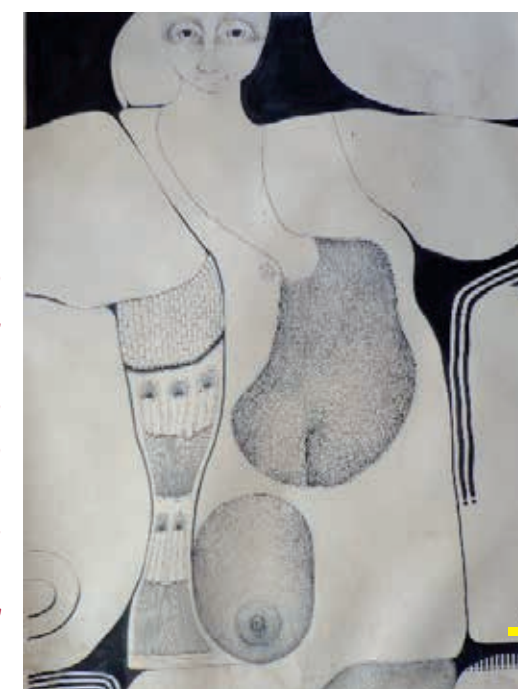
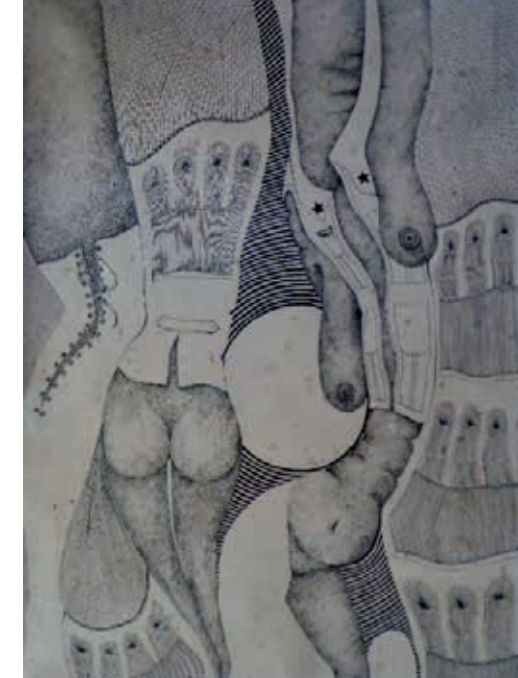


1, 2, 3 e 4.
Série: Desvalidos
Acrílica s/tela
(Anos 2015/16)



Sem Título
Acrílica s/tela
(Ano 2010)

“Existe certa solidão em suas obras. É visível logo de cara. Cada tela, escultura, corresponde a uma única coisa em si. O que não nega o poder de suas coleções quando se junta tudo que o artista produziu.”



Bico de pena s/papel
(Anos 70)



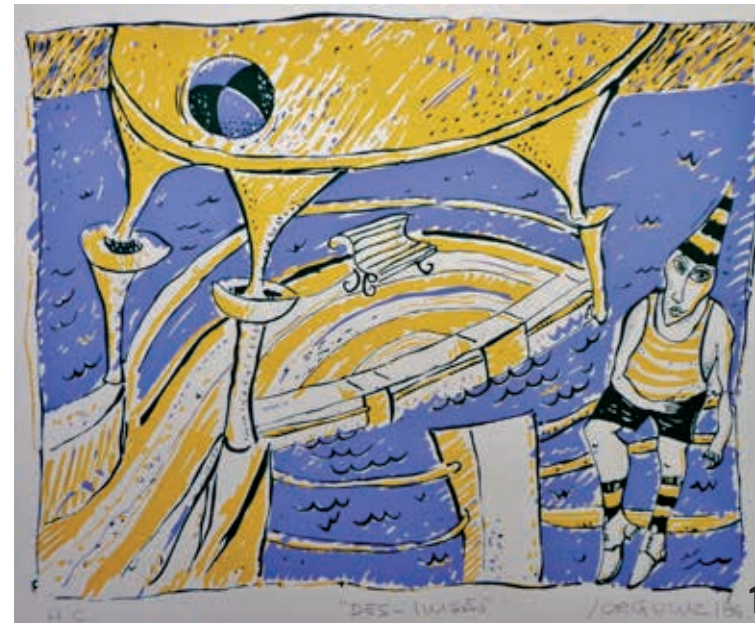
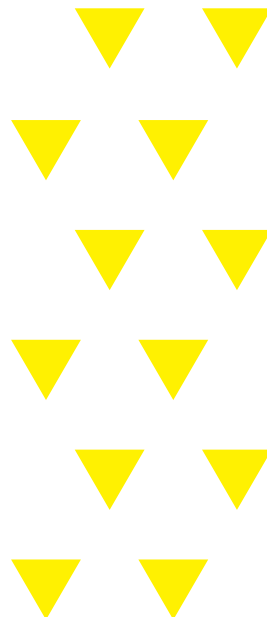
Nanquim e aquarela s/papel
(Anos 90)



“A distorção vem para compor nós mesmos, identificando nossos desacertos em cada olhar que lançamos em suas produções. Se formos errados, a obra de Jorge nos endireita. Se formos corretos, a obra de Jorge nos desfalca.”

Recortes –
Esmalte s/MDF.

perta inveja em quem não consegue escrever por linhas retas. Ele consegue. Sorry! O corpo feminino pintado por Jorge é desenhado, é núcleo e é desconstruído, mas tem forma natural. Suas mulheres são seres enigmáticos e, ao mesmo tempo, sensuais. Transforma cada fêmea numa casa habitada apenas por ele e por quem olha sua obra mais de perto. A distorção vem para compor nós mesmos, identificando nossos desacertos em cada olhar que lançamos em suas produções. Se formos errados, a obra de Jorge nos endireita. Se formos corretos, a obra de Jorge nos desfalca. Estamos ali na tela, ou sabemos quem é a tal, mas temos vergonha de afirmar isso. Cada pintura dele silencia a alma cansada de ver tanta imagem nesta vida. Ufa! Colírio.



Desvalidos. Sua próxima série trará referências à infância, ao ato de brincar. Através de figuras de outras épocas, Jorge vem contando que as coisas que não conseguimos mais entender ainda existem na história. O artista enfocará na relação do homem com suas mutações, através de brinquedos que foram esquecidos pelo tempo, mas que ainda preservam uma licença poética. Assustará e beijará a face do público com seis crianças rebeldes. Penso que cada menino é ele mesmo escondido de forma deslavada, rindo de quem se atreve a questionar a finitude de seu trabalho. Jorge é técnica, xilogravuras, bico de pena, crayon, acrílica sobre tela, guache, caneta, lápis, eu e você, mas, acima de tudo, ele é dono de si. O



que é maior que a própria alma, nos dias cansativos de nossos dias atuais? Ser dono de si! Sem data definida para lançar uma próxima exposição, nem ideia de quando acabará tais crianças, Jorge neste exato momento (15/05/16) está trancafiado em seu mundo lutando para alimentar esses seres animados que pulam de tela em tela. Enquanto pintor, pai de cada criação, não deixa seus filhos crescerem, mas lá no fundo sabe que está chegando a hora de liberar seus “Desvalidos” para correrem mundo afora. Não se assuste se amanhã a TV anunciar uma super exposição de Jorge Luiz Barros nos próximos segundos. Eu já estou preparado desde ontem, quero ver tudo, mas por enquanto devemos esperar o tempo de Jorge. **C**

1. Serigrafia
(Anos 80)
2. Xilogravura
(Anos 90)



Foto: Divulgação

Adauto Machado

Mário Britto

Pintor, escritor, desenhista publicitário e professor de artes, Adauto Machado nasceu no dia 18 de junho de 1950, na cidade de Nossa Senhora das Dores/SE. Aos dezesseis anos, em 1966, inicia uma brilhante carreira artística e, desde então, vem participando, continuamente, de exposições individuais e coletivas no Brasil e no exterior.

No começo da década de 70, passou a morar na Bahia, onde teve a oportunidade de conhecer vários artistas de renome. Cerca de um ano depois, permaneceu por um curto período no Rio de Janeiro e, em seguida, partiu para a França, onde residiu por quatro anos, em Paris. Retornou ao Brasil em 1976, mo-

rou, posteriormente, por quase dois anos, em Manitoba, no Canadá e, de volta ao Brasil, fixou residência em Aracaju, onde montou o seu ateliê de pintura.

Em sua exitosa carreira, tem recebido muitos prêmios. Na década de 80, foi premiado com a menção honrosa no I Salão Sergipano de Artes Plásticas, da Prefeitura Municipal de Aracaju e, em 1999, recebeu o prêmio de primeiro lugar no 9º Concurso Internacional de Coreldraw, no Canadá.

Em 1983, foi nomeado membro da equipe de coordenação geral do Circuito de Artes Plásticas do Norte-Nordeste/Sergipe, promovido pelo MEC/FUNART/INAP e, no final da década de 80, foi membro do Conselho de Cultura do Estado de Sergipe.

Notabilizou-se pintando cavalos, correndo soltos, esvoaçantes e livres, mas em sua iconografia se destacam, ainda, os retratos, as marinhas, os alagados e as naturezas-mortas. São recorrentes em sua diversificada obra, trabalhos inspirados em



Cavalos (1998)
Óleo sobre tela
50x40 cm
Coleção do artista



Barcos (2004)
Óleo sobre tela
40x30cm
Coleção Ana
Cristina Golob



Carro de bois (2016)
Acrílico sobre tela
80x60cm
Coleção do artista



O regresso (1985)
Óleo sobre tela
110x70cm Acervo
Galeria J. Inácio



Autorretrato (1991)
Óleo sobre tela
80x50cm
Coleção do artista

Cavalos (1990)
Óleo sobre tela
40x50cm
Coleção do
artista



temas religiosos e em temas regionalistas, como as feiras sergipanas, as lavadeiras, os lavradores, os pescadores e o carro de boi. Com um olhar atento para o nosso folclore e para as manifestações culturais sergipanas, Adauto tem em seu *currículo* uma impactante série onde as figuras representativas das Taieiras, da Chegança, do Cacumbi, do São Gonçalo, da Cavalhada, do Reisado, dos Bacamarteiros, das Festas Juninas, do Samba de Coco, do Parafusos, dos Lambe-sujos e dos Caboclinhos são referenciadas em um lindo e

harmônico festival de cores de rara beleza e muita emoção.

Inquieto e criativo, Adauto também excursiona, com igual brilho e muito talento no universo da arte digital, já tendo, nessa seara, conquistado prêmios internacionais. Como escritor, publicou o livro *Aprendendo Arte no Coreldraw*. Conhecedor de artes, é também professor de curso de pintura. Uma de suas obras mais representativas é o imenso painel no hall da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, no espaço Cultural Djenal Queiroz. 



Cacumbi (2014)
80x60cm
Acrílico sobre tela
Coleção Jessé e
Ana Zúlika



Lavradores (2009)
50x40cm
Óleo sobre tela
Coleção do artista



Sereia em pedra dura

Rian Santos

A adoção de um nome artístico resvala quase sempre em misticismo ou pieguice. Não é o caso de Cirulo. Sugerida pelo seu avô, desde sempre contrário ao nome próprio pelo qual nunca chamou o menino, a assinatura do artista colabora com as implicações étnicas e culturais latentes nos talhos de tinta spray gravados nos muros de Aracaju. Sereia em pedra dura. Cirulo é prenome cunhado na própria ancestralidade.

“Uma rosa é uma rosa é uma rosa”. Embora o graffiti carregue significado em si mesmo, a linguagem refletindo a sensibilidade natural dos centros urbanos, a experiência de Cirulo extrapola a expressão pura e simples. A coerência evidente na insistência em determinados temas e motivos, além dos aspectos estritamente visuais do trabalho, sugerem reflexão, consciência e pesquisa. Há, como sempre, investimen-

to no apelo gráfico da composição, derivado da aproximação entre xilogravura e pixo. No entanto, o desenvolvimento de uma poética visual sobressai como a principal valia do traço simplificado.

Um exercício atravessado pelo ambiente. Se no emaranhado das ruas, seu habitat natural, Cirulo entra em contato com a textura áspera da cidade e absorve todo tipo de informação, incorporando as imperfeições do suporte, no espaço controlado da galeria ele pode, finalmente, produzir algum desconforto e transformar a função do recinto, usualmente consagrado à contemplação passiva. Ficou provado na primeira mostra coletiva do extinto Fórum de Artes Visuais de Sergipe (Favs), quando fixou uma espécie de auto retrato deformado no piso do cubo branco, obrigando os visitantes a olhar duas vezes onde pisavam. O motim, antes da institucionalização. Ali,

afeito ao ruído, Cirulo se afirmou publicamente como um artista degenerado.

Do graffiti, a estratégia da reiteração. Na gravura, um aceno desnaturado ao uso consagrado. No meio do caminho, entre Mário Jorge e Basquiat, Cirulo surpreende pelo emprego poético da palavra e a intersecção promovida entre ruptura e tradição, quando a linguagem transborda o meio e deságua na mensagem. 

Cirulo



“Há, como sempre, investimento no apelo gráfico da composição, derivado da aproximação entre xilogravura e pixo. No entanto, o desenvolvimento de uma poética visual sobressai como a principal valia do traço simplificado”.



Danilo Sampaio



Nascido em Itaporanga D'Ajuda, Sergipe, em 1947, é filho do poeta José Sampaio e da cronista Jacy Sampaio.

Danilo Sampaio é poeta, bancário, professor e bacharel em Geografia, formado pela Universidade Federal de Sergipe.

Integrou a Academia Sergipana dos Jovens Escritores, coordenada pela poeta Carmelita Fontes, e publicou, dentre outros, os livros: "O Silêncio dos Moinhos", "Água das Almas", "De Tempos Puros, Desertos e Adeuses" e "O nada encantado".

As Almas

O homem anda Veloz
E não espera as almas.
Sente apenas o corpo
Que o tempo sem alardes,
Sugará sem piedade.

Um dia,
De malas prontas,
Esperará em vão.
As almas sentem
E também morrem.

Casarão

As crianças ficaram lá fora.
O homem de passos aflitos
atravessa a soleira
(como se seus espelhos fossem aqueles
corredores mofados)
e abraça
(um só abraço e grande)
a lembrança
de pedras e solidões.

Muitos são os segredos
e mistérios flutuantes
nos quartos, salas, alpendres.
Uma florzinha
(nascida num acaso da poeira de tijolos)
reina na sina
daquela paz,
exalando vidas
(que por ela retornaram),
confundida com as sombras
e o fio de luz que vem do fim do casarão.

Janelas e portas
bordam as paredes
(não feitas para mim, nem por mim)
e se entrelaçam em minha alma,
protegendo-me da erosão
dos dias.

Espelhos e Cinzas

Quem és tu
que dentro de mim viajas
sem licença?

Trama secreta
quando durmo
ou sentinela
quando acordo?

Inundação
que encobre meu destino
sabe de minha estrada.
Quando chegar a hora de ir embora
morrerás em mim
ou junto como vivemos?

Aparição,
nunca te revelaste.
Apenas pressinto teus lábios de espumas
estancados no meu sonho.

Largos e longos
são teus ventos,
cheios de gestos de agora
e de outros tempos.

Tocar-te como?
Teu tempo é perdido para sempre.
Não és pássaro, nuvem, brisa.
Indiferente à memória da vida
- nada és.

Onde ver-te,
se ocultos são teus seios
que adolecem
eternamente?

Distâncias,
Sombras,
Espelhos de onde saem mornos espíritos

És mistério,
Cinzas ...

Oculto

Sei que me segues.
Tens a chave da sela,
a escuridão,
a vela,
o agasalho,
o frio.

Oculto em meio à névoa
anjo ou carrasco
dos meus caminhos?

Cilada

Agachado, na íngreme encosta
meu inimigo bebe
o chão em que ando
e se encolhe na parede de seu ódio,
pequeno,
mortal,
pronto para o salto.



Poesia

Ieda Vilela



Ieda Maria Leal Vilela, filha de Álvaro Pereira Vilela e Rita Paranhos Leal Vilela, nascida em 17 de Julho na cidade de Salvador - Bahia, e reside há 38 anos na cidade de Aracaju - Sergipe. Mãe de cinco filhos, Álvaro, Alfredo, Daria, Andrea e Danilo. É avó de dois netos e uma neta, André, Lucas e Gabriela. Licenciada em História, pela Universidade Federal da Bahia e Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Seus primeiros poemas foram publicados no Jornal “A Tarde”, em 1978. Publicou livros na área de História e Patrimônio histórico dos Estados de Sergipe e Alagoas; publicou em diversas antologias poéticas no Rio de Janeiro e no estado de Sergipe. Lançou o seu primeiro livro individual de poemas, Encontro Esperado, no ano de 2011, na Livraria Cultura na cidade de Salvador e em Aracaju, no mesmo ano, na Livraria Escariz. É membro do Grupo Iñaron de Poesia Falada que tem também como membros Carlos Cauê e Andrea Vilela.

Procisão

O tempo cruza a conduzir um andor,
flores secas, plásticas, papel crepom,
açambarca o rio de águas brancas morosas
canoa de madeira e dor

agonizante empuxada pelos timoneiros
desfigurados de canseira dolorida

dormem balanço suave do cortejo
a caminho da imprevisível
quadra deixada no sonho deslembado.

o tempo perdido sem retorno
na morosidade do andamento próprio
de sustar...

Desalento

Os sons se aproximam das ruas perturbam, rasgam, perfuram
vísceras ao se instalarem no ventre, espetando-o
cada palavra articulada com agudos grunhidos apocalípticos

alertando bestialidades viventes que plainam rostos
sem fácies, sem fisionomia, ameaçando-nos pelos medos
angustiantes contidos nos órgãos retorcidos ante

os gritos dilacerantes, estonteantes a ensurdecer além da
metamorfose paralisada
ofender as dores do mundo com seus berros inclementes.

ah, alvorada esfacelada!
devaneios sepultados pela fúria das divindades do Olimpo ou
enciumadas pitonisas.

Ilustração: Felipe Ferreira

Vazio

Já não ouço o rosto do meu amado
confuso no vazio de si mesmo.

intensa mudez rasgada
oração soterrada marcha caracol
em meio às paredes, muito pouco,
nada, delirante, sem procuras
asfixiado em sala de jantar.

tantas vezes
tentei buscá-lo
cruzar o ciclo perverso.

inútil.

destino orquestrado.
permissividade acatada
sem elação, anuência apenas,
calvário entre deslizos certos.

temor alado, seixos de sal
disformes, desalento do que virá.

A Partida

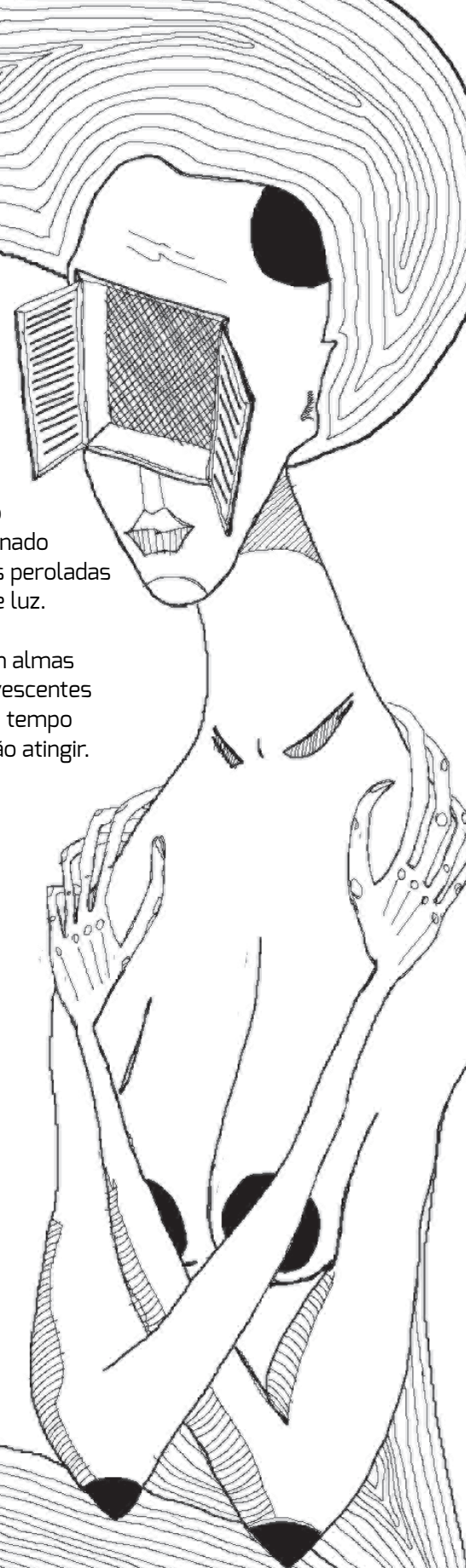
A passarada rasga o vento
endereçada ao vácuo iluminado
raspando nuvens cinzentas peroladas
nascidas em temporada de luz.

olhos cerram-se, perfuram almas
abandonam crateras efervescentes
congeladas na calmaria do tempo
achegado, quando a estação atingir.

tempo!

vida não além
passageiros apressados.
balões voam livres
conduzem almas clamar

lembranças transparentes
encurraladas
na saudade,
temporada que não
virá!





1

OS BRINCANTES DO GRUPO IMBUAÇA

Narciso Telles

O pensar/fazer/ensinar teatro com base em práticas presentes na cultura popular brasileira é a linha de trabalho de um dos mais antigos e importantes grupos brasileiros: o Imbuauça.

O Grupo Imbuauça, sediado na cidade de Aracaju - Sergipe, foi fundado no dia 28 de agosto de 1977. Seu nome faz uma homenagem ao artista popular Mané Imbuauça[2], e segundo seus membros, deve ser uma corruptela de imbruauça, que significa briga, confusão. Sua trajetória artística tem trilhado um caminho estético intrinsecamente vinculado à cultura popular tradicional nordestina, especialmente a sergipana, configurando uma proposta teatral de rua relacionada ao chamado teatro popular. Segundo o ator Lindolfo Amaral, a identidade do grupo está fundamentada nestes elementos: "a fundamentação do trabalho do Imbuauça está na cultura popular. É a partir de algumas características que nós chamamos elementos da cultura popular que estabelecemos a base para a construção de nosso trabalho".[3]



2



3

1. Lindolfo Amaral, A farra dos opostos (1992);
2. Mariano Antonio e Edjane Matos - As irmãs tenebrosas (1991);
3. Toinhão, Teatro chamado Cordel (1993);



Grupo Imbuaça em sua primeira viagem a São Paulo (1991)

Sua trajetória artística tem trilhando um caminho estético intrinsecamente vinculado à cultura popular tradicional nordestina, especialmente a sergipana, configurando uma proposta teatral de rua relacionada ao chamado teatro popular.

Seus espetáculos são, em sua maioria, estruturados na dramaturgia de cordel, trabalhando com personagens-tipos e utilizando a roda como a forma preponderante de organização do espaço cênico. Dentre seu repertório de espetáculos, destaque: Farsa dos Opostos, Teatro chamado Cordel, O Senhor dos Labirintos, entre outros.

No campo artístico-pedagógico, o Imbuaça desenvolve um conjunto de oficinas que focalizam os três eixos de pesquisa do grupo: com crianças e adolescentes, danças dramáticas e teatro de rua. Além de uma presença sistemática do trabalho



Isabel Santos e Manoel Luiz, *Afarra dos Opostos* (2013)

artístico-pedagógico, especialmente na região Nordeste, colaborando para a criação de outros coletivos teatrais na região.

O Imbuaça é parte de um conjunto de grupos teatrais que utiliza em seus espetáculos um material dramático cômico-popular, o qual se insere na longa tradição do teatro cômico no ocidente, procurando e promovendo uma comunicação mais direta com seu público e propiciando, desta maneira, o estabelecimento de uma relação de empatia entre os espectadores e a audiência.

Estes artistas-brincantes sergipanos desenvolvem e articulam suas práticas como uma “experiência-compreensão do artista de teatro”, construindo, ao longo de sua trajetória, um conhecimento-compreensão ancorado no saber-fazer teatro tecido de fortes relações com a cultura popular.

Junto com outros coletivos, como o Galpão (MG), Tá na Rua (RJ), Ventoforte (SP), Oi Nós Aqui Traveiz (RS), Clows de Shakespeare (RN), o Imbuaça continua a mambembar pelas ruas e palcos, contribuindo significativamente com a cena contemporânea brasileira.

O Imbuaça é parte de um conjunto de grupos teatrais que utiliza em seus espetáculos um material dramático cômico-popular que se insere na longa tradição teatro do cômico no ocidente, procurando e promovendo uma comunicação mais direta com seu público.



Isabel Santos *Auto da Sarca do Inferno* (1997)

RECITAL SEM OPUS, SEU SUCESSO

CONTRIBUIÇÃO À MEMÓRIA DO TEATRO SERGIPANO

Chico Varella

João Pessoa (PB), Julho 1967.



Da esquerda para direita, Orlando Vieira, João Gama, Luiz Antonio Barreto, Chico Varella, Prof. Joaquim e João Costa. (Foto: Divulgação)

Prometer é fácil. Fácilmo. Cumprir é que são elas. Quando Amaral Cavalcante, editor da *Cumbuca*, pediu-me que escrevesse sobre RECITAL SEM OPUS, peça que fez sucesso nacional em festivais de teatro no final da década de sessenta e início da de setenta, garanti que entregaria o texto em dois, no máximo três dias. Já lá se vão pra mais de quatro meses e não tinha conseguido parir uma só letra.



Semanas atrás, nos encontramos numa recepção. Com muita classe, num requinte extraordinário de maldade, sem nenhum xingamento, exagerando no estilo e na categoria, perguntou-me pelo texto, com um riso sardônico. Cobrança para lá de sutil. Melhor seria que me tivesse escrachado de vez. Cobrado, esperneado, doeria menos. Após o vexame, senti-me na obrigação de pagar a dívida contraída. E comecei a peregrinação da pesquisa. Fatos esmaecidos. Memória desbotada. Esforço sobre-humano. Começaram as lembranças:

Fui ator amador na juventude. Participei de várias peças e Festivais de Teatro. Aqui, falarei apenas dos tempos em que fiz teatro. Em que participei ativamente dos eventos. Não falarei de um ano a mais, nem de um a menos. Nem de antes, nem de depois. Só daquele exato tempo do meu compartilhamento. De minha vivência. Não correrei riscos de falsas citações. De coisas de ouvir dizer. Só do tempo que permaneci, que participei, que desfrutei, que testemunhei.

Um ano antes do Primeiro Centenário de Aracaju, em 1954, Aglaé Fontes montou uma Revista Teatral chamada FANTASIA COLORIDA, com um elenco juvenil. A idade média dos participantes variava entre treze e quatorze anos. No Rio de Janeiro, o chamado TEATRO REVISTA, ou pejorativamente, TEATRO REBOLADO, estava em moda. Todo o

país acompanhava os modismos da Capital do Brasil. Não existia ainda a televisão. Os brasileiros se debulhavam em lágrimas acompanhando as chorosas novelas nos rádios. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro batia recordes de audiências, em rede nacional, com O DIREITO DE NASCER. Sórora Helena da Caridade, Alberto Limonta, Mamãe Dolores, Dom Rafael do Juncal eram personagens íntimas das famílias brasileiras e latinas. Cuba, pequena ilha caribenha, tornava-se gigantesca, por seu novelista Félix Caignet – autor do dramalhão – e liderava as audiências radiofônicas na América do Sul. Era um choro continental. O sul das américas se esvaía em lágrimas. Em Aracaju, intencionalmente ou não, Aglaé Fontes surfou nessa onda do modismo e fez um grande sucesso com a sua colorida e mágica Fantasia. Encheu casas teatrais na capital e nas principais cidades do interior. A sociedade sergipana nunca havia presenciado espetáculo tão bonito, que fosse prata da casa. Leve. Harmônico. Plástico. Foi o acontecimento cultural do ano anterior e do próprio ano do Centenário. Aglaé, de lambuja, foi eleita Miss Centenário. Eu, do meu lado, como debutante nas artes cênicas, tomei gosto. Fui fundo.

Quando ingressei no Colégio Estadual de Sergipe (CES), atual Colégio Atheneu Sergipense, em 1960, para cursar o Científico, como se chamava à época,



**Um elenco equilibrado
atuou com competência:
João Costa, Luiz Antonio
Barreto, João Gama, Chico
Varella, Professor Joaquim
e o monstro Orlando Vieira.**



ca, logo comecei a fazer teatro. Estava em formação um grupo teatral chamado: TECES – Teatro do Colégio Estadual de Sergipe, dirigido pelo Professor Caetano Quaranta, recém-chegado de Minas Gerais, onde se formou em Farmácia, na histórica cidade de Ouro Preto. Embora lecionando Química, era um aficionado das artes cênicas. O grupo, em pouco tempo, começou a montar peças de autores brasileiros tradicionais.

O TECES iniciou seu trabalho com o pé direito. Sua primeira peça montada foi ‘O Auto da Compadecida’ – Ariano Suassuna – e emendou com ‘Society em Baby Doll’ – Henrique Pongetti – e por aí foi. Aracaju, nessa época, meados da década de sessenta, tinha vários grupos teatrais atuantes. Todos bons. O TGB – Teatro Gato de Botas, fez sucesso com Eles não usam Black-Tie, de Gianfrancesco Guarnieri com Aglaé e Clodoaldo Alencar no elenco. O TIM – Teatro Infantil do Modelo, liderado por Eta (Maria José de Oliveira), ganhou um prêmio internacional de fotografia com foto de uma cena de Pluft, o Fantasma, de Maria Clara Machado, montada pelo grupo. A UEE – União Estadual dos Estudantes, órgão de representação dos estudantes universitários, em Sergipe, na gestão de Alexandre Diniz como Presidente, fundou o CPC – Centro Popular de Cultura, inspirado no CPC da UNE – União Nacional dos Es-

tudantes e montou peças engajadas, tidas como revolucionárias. Seu êxito se devia a textos curtos, diretos, enxutos. Suas montagens prescindiam de elementos tradicionais do teatro: cenário, iluminação, marcação. Bastava um público – rural ou urbano – e as mensagens estavam passadas. As palmas garantidas. Grupo e público satisfeitos. Sementes da revolução plantadas.

Propositadamente, entre os grupos teatrais atuantes, darei especial destaque ao TECA – Teatro da Cultura Artística. A SCAS – Sociedade de Cultura Artística, desde a década anterior – anos 1950 – dedicava-se à difusão das artes. Os aracajuanos tiveram o privilégio de assistir a espetáculos vistos somente por plateias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Vários deles apresentados somente em Aracaju e no Rio de Janeiro. Ou vice-versa. Diversas peças foram montadas com equipe própria: atores e maquinista. Além de elenco, a SCAS tinha um maquinista de gabarito nacional: Nestor Braz. Fazia tudo! Ele conhecia como ninguém os segredos dos bastidores teatrais, a ponto de acompanhar o grande Procópio Ferreira e sua Companhia Teatral, pelos sertões do Brasil. Eram dois bambas.

Algumas das peças montadas pela Cultura Artística me vêm à lembrança: ‘Chuva’, de John Colton/Clemence Randolph; ‘O boi e o burro a caminho de Belém’, de Maria Clara Machado; ‘3 de dez

“Além de elenco, a SCAS tinha um maquinista de gabarito nacional: Nestor Braz. Fazia tudo. Ele conhecia como ninguém os segredos dos bastidores teatrais, a ponto de acompanhar o grande Procópio Ferreira e sua Companhia Teatral, pelos sertões do Brasil. Eram dois bambas.”

de mil novecentos e tanto...’, de João Costa, entre outras.

Porém, a joia da coroa viria depois, em 1967. RECITAL SEM OPUS. João Costa, intelectual que era, lia muito e tinha a mania de selecionar e guardar textos. Tinha-os às centenas. Em 1965, Millor Fernandes e Flávio Rangel, em plena ditadura militar, lançaram um musical de protesto, LIBERDADE, LIBERDADE, com um elenco de primeira: Paulo Autran, Tereza Rachel, Nara Leão e Oduvaldo Vianna Filho. O Brasil aplaudiu. A ditadura engoliu. João Costa, com o texto pronto, convidou Luiz Antonio Barreto para musicar sua obra. Suas canções enriqueceram o texto. A concepção do espetáculo foi a mais enxuta possível. Seis atores em cena, vestidos de calça preta e camisa branca de mangas compridas. Muito jogo de luz e marcação nas falas. Luzes e falas. Falas e luzes. Um elenco equilibrado atuou com competência: João Costa, Luiz Antonio Barreto, João Gama, Chico Varela, Professor Joaquim e o monstro Orlando Vieira. Nenhum cenário. Texto e luz.

Naquele tempo, o Embaixador Paschoal Carlos Magno era uma espécie de Mecenas da Cultura brasileira. Diplomata de carreira, dedicou sua vida à difusão das artes. Entre outras atividades, criou um Festival

Nacional de Teatro Amador. Nos anos ímpares, corriam os Festivais Regionais: Norte-Nordeste e Centro-Sul. Nos anos pares, o Festival Nacional com a participação dos vencedores nos festivais regionais.

Em 1967, no Teatro Santa Roza, em João Pessoa, Paraíba, realizou-se o Festival Regional Norte-Nordeste. RECITAL SEM OPUS concorreu e ganhou, por unanimidade do júri e por aclamação pública. Houve alguns problemas com a censura. Embora a ditadura militar estivesse numa fase de frouxidão, a censura jamais foi abandonada. João Costa, pessoalmente, defendeu a apresentação do espetáculo com o General Comandante da Região Militar sediada na Paraíba. Depois de muitas idas e vindas, a liberação. Corria o mês de julho. Retornando vitoriosa, RECITAL estreia em Sergipe. Sobe no Cineteatro Rio Branco, em Aracaju. De lá, faz um périplo exitoso por várias cidades do Estado. Em janeiro de 1968 aconteceu o Festival Nacional de Teatro, no Rio de Janeiro, promovido pelo embaixador Paschoal Carlos Magno. A peça foi inscrita e a montagem chegou lá. Sua apresentação seria num teatro de grande porte, mas a repercussão do seu teor político, divulgado no Festival da Paraíba, chegara antes. O Embaixador Paschoal Carlos Magno não

Sua apresentação seria num teatro de grande porte, mas a repercussão do seu teor político, divulgado no Festival da Paraíba, chegara antes

desejava nenhuma reverberação política no Festival Nacional. A milicada estava indócil. O CCC – Comando de Caça aos Comunistas estava no auge e já tinha invadido vários espetáculos no Rio e em São Paulo. O clima de terror grassava. Face às circunstâncias, sabiamente, o Embaixador nos deslocou para o Teatro da MABE, na rua Riachuelo. Casa menor. Menos chamativa. Não adiantou a medida protetiva. O impacto, mais uma vez, no júri e no público, foi grande e RECITAL ganhou o Festival. Caberia ao Embaixador anunciar o resultado. Depois de muitas rodadas de conversas, saiu o resultado oficial publicando a lista das CINCO MELHORES PEÇAS do Festival. Entre elas, obviamente, RECITAL SEM OPUS, a vencedora incontestada. RECITAL foi garfada. Ganhou na disputa cênica, no mano a mano, de grupos teatrais tradicionais dos grandes centros. BARCA – Teatro da Universidade Federal da Bahia. TUPE – Teatro da Universidade Federal de Pernambuco. TUCA – Teatro da Universidade Católica de São Paulo. Teatro Experimental da UnB - Universidade de Brasília.

Não é de conhecimento público uma peça teatral sergipana que tenha feito tanto sucesso, até hoje, quanto RECITAL SEM OPUS. 

Professor João Costa



Embaixador Paschoal Carlos Magno

FERNANDO FARO

E SUA INDELÉVEL ASSINATURA

Ezio Déda



Fotos: Divulgação

Ainda lembro da primeira vez que vi com estranheza aquele programa que apresentava o artista recortado, em ângulos imprevisíveis - à contraluz. As perguntas eram inaudíveis, mas entendíamos o contexto pelo encadeamento das respostas. Existia ali um modelo próprio, o “Ensaio” arquitetava uma criatividade intimista de se chegar ao outro pelo atalho além do óbvio. Tempos depois acabei descobrindo que o inventor daquele formato de programa era sergipano de Laranjeiras, e se chamava Fernando Faro – conhecido por Baixo, justamente por chamar os amigos de Baixo.

Com seu talento e discrição, deixou sua indelével assinatura na história da Música Popular Brasileira, registrando depoimentos históricos dos artistas de diversas gerações, produzindo discos, shows, revelando novos nomes – sendo um instrumento catalizador de tantos e tamanhos talentos que perpassaram por seu crivo arguto. Foi Fernando Faro, juntamente com Chico Buarque, quem montou o histórico show de 1º de Maio em 1979, no Rio Centro, para angariar fundos para o Primeiro Encontro de Sindicalistas do Brasil.

Foi Faro também que organizou os shows para as “Diretas Já”, em 1984, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

Fomos apresentados através dos amigos em comum, Antônio Bittencourt e Suely Amâncio. Posteriormente, também conheci Everton Calazans, outro laranjeirense ímpar e também amigo de Fernando Faro. Foram muitas as vindas a Sergipe e tive a oportunidade de recebê-lo em minha casa – recordo sempre a alegria de seus olhos azuis na sala de desembarque do aeroporto Santa Maria. Trazia no andar sutil e na serenidade do semblante a naturalidade dos que se sabem, sem artificialismos.

Sua genialidade era diretamente proporcional a sua generosidade, estava sempre curioso e atento para ouvir e oferecer espaço aos artistas, inclusive de sua terra. Gravou programa com Sergival, Vozes da Mussuca, Lina Souza, Antônio Rogério e Chico Queiroga. Cheguei a gravar uma participação no seu programa Móbile, em 2010. Aliás, foi o próprio Fernando Faro que me apresentou a Antônio Abujamra, que posteriormente interpretou textos de minha autoria.



Foto: Divulgação

Todas as vezes que chegava em Sergipe tinha que ir a Laranjeiras, visitar o querido amigo Everton e circular pelas ruas da cidade.



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

Todas as vezes que chegava em Sergipe tinha que ir a Laranjeiras, visitar o querido amigo Everton e circular pelas ruas da cidade. Lembrava com tamanha nitidez de sua infância no sobrado da Rua Direita, do incidente que vitimou seu pai em um jogo de futebol, com pouco mais de 20 anos de idade, da eterna viuvez de sua mãe Maria do Carmo e de Fernanda, sua única irmã.

Estudou em Aracaju no Colégio Salesiano e no Atheneuzinho, sempre me pedia para passar pela fachada de ambos os prédios e ficava com os olhos marejados – isso mesmo: os olhos azuis da cor do mar ficavam marejados. A licença poética é cabível para soletrar a atmosfera desses instantes.

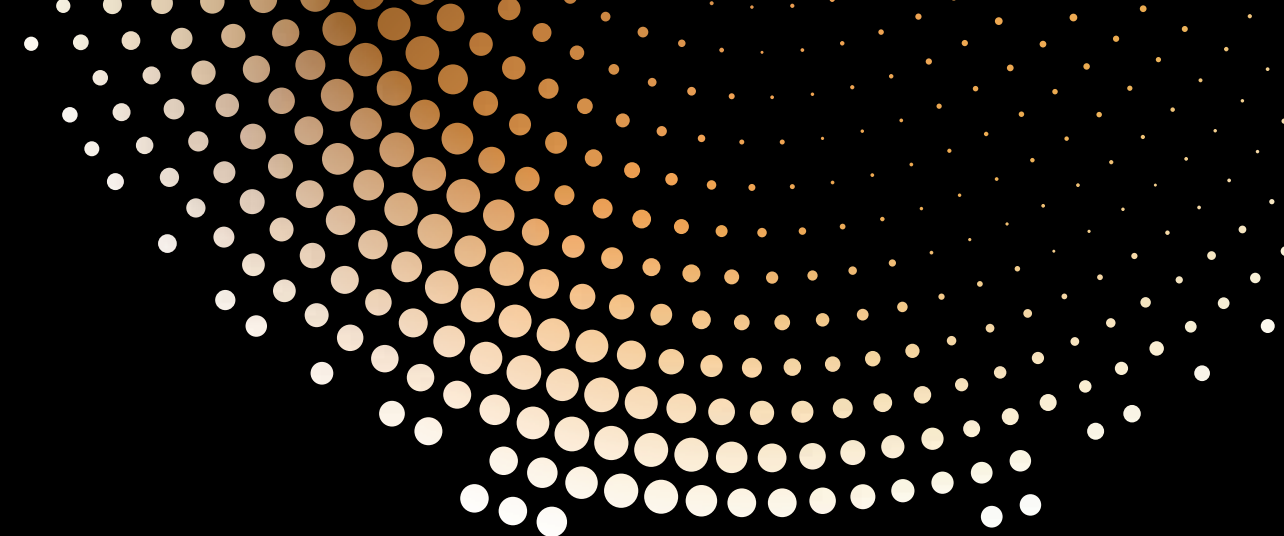
Certa vez me convidou para almoçar no Gigetto, tradicional cantina que

reunia artistas e intelectuais de São Paulo. Rememorava sempre histórias pitorescas da MPB e de sua relação com Chico Buarque, Elis Regina, Vinícius de Moraes, Oscar Niemeyer, Darcy Ribeiro, entre outros grandes de nosso vasto Brasil.

Em 2010, Fernando Faro veio a Sergipe para o lançamento de meu livro/dvd “A Casa das Ausências”. Foi um momento marcante onde ele reencontrou o amigo Marcelo Déda – que o condecorou com a Medalha do Mérito Serigy, em 2001. Em novembro de 2011, foi a última vez que o nosso Baixo esteve em Sergipe, acompanhado da filha Maria Fernanda, para participar da inauguração do Museu da Gente Sergipana. Em seu ontológico discurso, Marcelo Déda fez referências à importância do sergipano Fernando Faro para a cultura brasileira.



Ezio Déda, a atriz Tereza Rachel, Marcelo Déda e Fernando Faro



Em outubro de 2012, a nossa equipe do escritório Ágora Arquitetos Associados foi a São Paulo receber o Prêmio O Melhor da Arquitetura Brasileira 2012, na categoria restauro – promovido pela Editora Abril, através da Revista Arquitetura e Construção. O Museu da Gente Sergipana foi o vencedor, e Fernando Faro foi ao Memorial da América Latina nos prestigiar e comemorar a vitória conosco.

Sempre que nos falávamos, havia uma programação para o retorno a Sergipe no mês seguinte, era um eufemismo. Já sabíamos tacitamente da impossibilidade em virtude de sua saúde já debilitada. As palavras tem o dom de criar vãs e necessárias expectativas, atenuar a agudeza dos instantes.

Aqui não cabe despedidas, desvençilos. Fiquemos com a sutileza de Adélia Prado: a obra é sempre maior que o autor, que sofre as agruras do tempo.

Assim seja. 



Ezio Deda, a atriz Tereza Rachel e Fernando Faro



“ O general entrou na História pela porta do ridículo. ”

GRACILIANO e eu

João Augusto Gama da Silva

O general era muito feio. Tinha uma perna mais curta que a outra. Falava com dificuldade, como se as palavras doessem em sua boca. Em 1966, o general Cazuza era o secretário de segurança pública de Sergipe, no governo de Celso Carvalho que concluía o mandato de Seixas Dórea, deposto pelo golpe militar de 1964.

A Faculdade Federal de Direito de Sergipe funcionava na Rua da Frente desde sua fundação, em 1950. No Edital do Exame Vestibular de 1966, entre outros documentos, havia a exigência da apresentação do Atestado de Bons Antecedentes fornecido pela Secretaria de Segurança Pública.

O general-secretário impedia que a Secretaria entregasse o documento a quem tivesse sido preso ou “chamado ao 28”, como se dizia à época. Na prática, a ausência do documento impediria a participação de muitos candidatos, inclusive a minha, no exame vestibular.

Meu pai tinha sido colega de internato no colégio Salesiano do general-secretário. Ingênuo, achava que conseguiria resol-

ver o problema. Chegamos à Chefatura de Polícia, na Praça Tobias Barreto, às 10h00 da manhã. O general Cazuza disse que não tinha nada contra mim, mas que precisava de uma autorização do exército para fornecer o tal documento. Eu tinha 19 anos de idade. Meu pai marcou uma audiência com o coronel Tércio Veras, comandante do 28º Batalhão de Caçadores, cearense como ele que, depois de consultar o tenente Amintas, encarregado do IPM (Inquérito Policial-Militar), onde eu fora ouvido, nos entregou um ofício com a marca RESERVADO, autorizando a Secretaria de Segurança Pública a me fornecer o tal Atestado de Bons Antecedentes. No dia seguinte, voltei à Chefatura de Polícia, entreguei o ofício fornecido pelo exército e aguardei. Depois de uma longa espera, disseram que informariam quando o documento estivesse pronto. Jamais recebi o atestado da Polícia. Fascista, o chefe da polícia estava decidido a impedir a minha entrada e de outros jovens no curso superior.

Estava desesperado. O tempo trabalhava contra todos nós. Precisávamos estudar ou sair de Sergipe para tentar recomeçar a vida em outro estado.

O diretor da Faculdade Federal de Direito de Sergipe era o velho professor Gonçalo Rolemberg Leite. Liberal, lúcido, de família conservadora, ficou sensibilizado com o nosso problema. Juntamente com os professores Osman Hora Fontes,

Waldemar Fortuna de Castro e Bonifácio Fortes Neto encontraram uma solução e retiraram do Edital a exigência do Atestado de Antecedentes fornecido pela polícia. Valeria um atestado cedido por uma autoridade civil ou militar, estadual ou federal. Somente dessa maneira conseguimos prestar o vestibular e entrar na Faculdade de Direito de Sergipe. O meu atestado foi assinado pelo Dr. Manoel Barboza de Souza, Juiz de Menores de Aracaju. O general Cazuza ficou irritadíssimo.

Os professores da Faculdade de Direito de Sergipe entraram para a História pela porta da frente, com decência.

O general Cazuza entrou na História pela porta do ridículo. Meses depois, com a pouca liberdade que havia no país, era motivo de deboche na imprensa nacional. Prendeu no quartel da Rua Itabaiana o Grupo Opinião da Ilha do Governador, que apresentava em Aracaju a peça “Joana em Flor”, de Reinaldo Jardim. Era o primeiro trabalho profissional de Gonzaguinha, preso com Benvido Sequeira, também estreando como ator profissional. O general declarou que “em Sergipe quem entende de teatro é a polícia”. Com a declaração e as prisões dos artistas, o general entrou para o famoso FEBEAPA (festival de besteira que assola o país) que era publicado na coluna de Stanislau Ponte Preta, uma das mais lidas do Brasil, no jornal carioca ÚLTIMA HORA. **C**

O caminho da

KARNE

KRUUA





Conheço o Karne Krua desde 1987, quando despenquei serra abaixo – morava em Itabaiana – em direção ao II Festicore de Aracaju, festival de rock *underground* organizado pela pioneira banda punk sergipana, com a presença de bandas também punks de estados vizinhos, como Bahia – Salvador e Alagoinhas – e Alagoas – de Maceió. Na edição anterior, a primeira, teve Delinquentes, de Belém do Pará, a única, além da Karne, ainda em atividade. Na seguinte, que eu já ajudei a produzir, tivemos a pernambucana Câmbio Negro HC, primeira do estilo a lançar disco na região.

Já vi, portanto, MUITOS shows da Karne Krua. E são sempre ótimos. É a mais importante banda de rock do estado, não apenas por sua competência técnica – descontadas as limitações do estilo, naturalmente avesso a firulas, evidentemente – como por sua consistência ideológica e persistência à passagem do tempo. Começou há mais de 30 anos, no início de 1985, e marcou de forma indelével com sua presença impactante todas as fases do pequeno, porém valoroso cenário “roqueiro”, das terras do cacique Serigy: dos primórdios da cena mais autoral, na década de 1980,

dominada pelo punk e pelos ecos do pós-punk que despontava em nível nacional, até o diversificado momento atual, passando pelo “boom” alternativo da década de 1990 e pela fragmentação estilística típica da virada do milênio. E pelo metal, que sempre “corre por fora”, à parte...

São, para ser exato, 31 anos e quatro meses de atividade ininterrupta, e contando! É muito comum que bandas de rock *underground* se formem, marquem uma época – ou não – e então sucumbam às dificuldades e interrompam suas atividades, pelo menos por um tempo. Às vezes por um longo período. Isso não aconteceu com a Karne Krua: eles nunca pararam! Houve uma grande rotatividade de membros, ao ponto de existir, na formação atual, apenas um componente egresso do *line up* original: Silvio Campos, que já era inquieto e montava bandas, como The Merda's, que tinha em sua formação Helder “podre”, hoje radicado em Recife e conhecido como DJ Dolores, e Sem Freio na língua – o embrião da Karne Krua – desde o final da década de 1970. Ainda hoje, incansável, toca diversos projetos ao mesmo tempo, indo do blues da Máquina Blues ao *grindcore* da Logorreia.

“São para ser exatos, 31 anos e quatro meses de atividade ininterrupta, e contando!”

Dificuldades não faltaram: nos primórdios, eles eram vigiados de perto por camburões da polícia ao saírem nas ruas com seu visual agressivo, especialmente para uma capital provinciana, num país recém-saído de uma ditadura militar. As oportunidades de se apresentar eram raríssimas, e geralmente esbarravam na falta de equipamentos e de estrutura. Mesmo assim, gravaram fitas “demo” (de “demonstração”, não é o que você provavelmente está pensando) caseiras e as espalharam por todo o Brasil, criando uma verdadeira lenda em torno de seu nome. Raramente foram muito longe, em termos estritamente geográficos – uma apresentação em Brasília há cerca de 5 anos e, mais recentemente, duas no Rio Grande do Sul, é o máximo que consigo lembrar – mas estão sempre se apresentando por aqui e pelas cidades e estados vizinhos. Na maioria organizando, eles mesmos, os seus próprios eventos e shows, na melhor tradição punk que legou ao mundo a cultura DIY, de DO IT YOURSELF – Faça você mesmo, em bom português.

Em 1994, conseguiram lançar, finalmente, seu primeiro LP, ainda em vi-

Silvio





nil. “Karne Krua”, o álbum, foi gravado no Recife devido à escassez de estúdios na cidade. Produzido e distribuído de forma absolutamente independente, teve uma repercussão morna: o repertório era impecável, maturado ao longo dos anos e com verdadeiros clássicos do cancionário “roqueiro” local, mas a produção musical deixou muito a desejar e a época, com todos ainda muito empolgados com a transição para as mídias digitais, então em ascensão, não ajudou. Hoje é item de colecionador.

Seguiram trocando de formação e lançando demos até que, no início do novo século, conseguiram colocar na praça, desta vez com a ajuda do poder público, via lei de incentivo – municipal – o primeiro CD, “Em Carne Viva”. O lançamento do disco foi histórico, com um show lotado no espaço EMES que comprovou a incrível capacidade da banda de renovar seu público.

O maior triunfo, no entanto, ainda estava por vir: o álbum “Inanição”, uma verdadeira obra-prima do gênero em terras brasileiras. Gravado num momento de transição, ainda com o grande baterista Thiago “Babalu”, que se mudou para São Paulo e hoje toca com Deus e o mundo por lá, e Alexandre Gandhi, o guitarrista, fazendo também o papel de baixista, demorou uma eternidade para ser lançado: só veio ao mundo em 2012, exatos

dez anos depois do segundo. Mas valeu a pena a espera: trata-se de uma impecável coleção de canções que, alinhadas, traçam um impressionante painel de angústia e revolta diante das injustiças do mundo, do drama dos retirantes ao sofrimento dos animais usados em testes de laboratório. E tem, pelo menos, um novo clássico: a música título, “inanição”. Nele a banda consegue finalmente registrar todo o potencial que, até então, só se revelava em toda a sua plenitude em cima do palco. É um registro que não pode faltar na coleção de ninguém que se diga apreciador do combativo e altivo punk rock nacional.

Hoje, 31 anos depois do começo de tudo, a Karne Krua volta às origens com um som mais cru, urbano, *Hard Core*, vivrando a página das influências que moldaram sua personalidade ao longo do tempo – notadamente os “aboios” sertanejos e, paradoxalmente, o chamado “som de Nova York”, difundido por nomes como Biohazard e Agnostic Front – para fechar um ciclo e tomar impulso para novas jornadas. Voltaram, inclusive, ao vinil: lançaram, em 2013, um EP de 7 polegadas – mais conhecido em outras eras como “compacto” – em parceria com a banda brasileira “Besthoven”. E no ano passado, 2015, trouxeram ao mundo seu novo álbum de inéditas, “Bem Vindos ao Fim do mundo”...



Trata-se de um LP (Long Play) lançado em vinil por 11 selos independentes e pelo programa de rock (19H, todo sábado, 104,9 FM em Aracaju e região), emoldurado por um belíssimo trabalho gráfico assinado pelo guitarrista Alexandre Gandhi (capa) e pelo baixista Ivo Delmondes (layout). Desta vez, inteiramente produzido em sua cidade natal – outros tempos, muito melhores condições técnicas. São 18 faixas

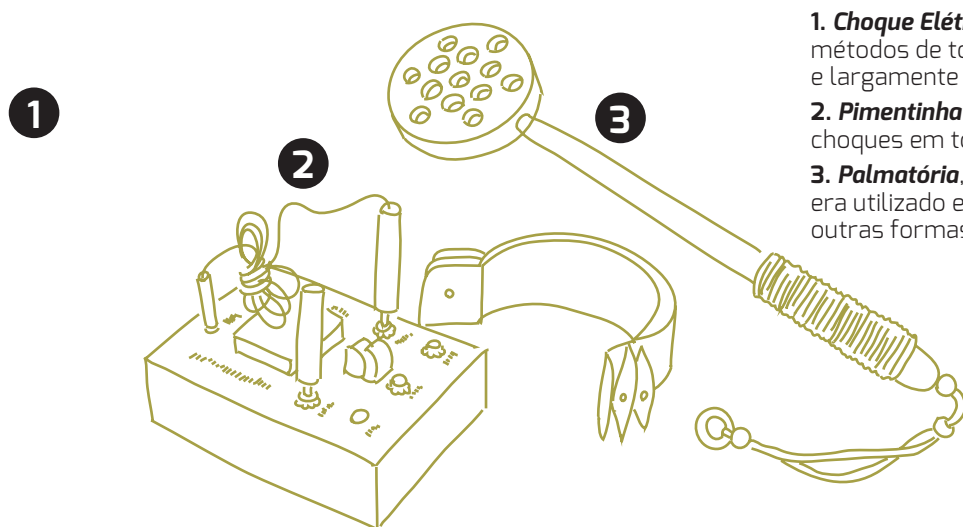
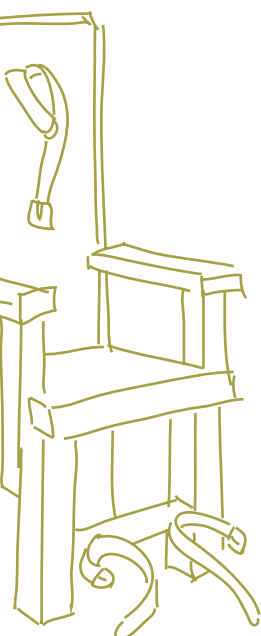
talhadas a ferro e fogo na energia primal da música feita com a alma e as vísceras expostas. O disco não tem versão digital, nem física – CD – nem virtual: não foi lançado na net. E tem vendido bem, segundo relatos do próprio Silvío, que tem uma loja especializada em produtos ligados ao rock no centro de Aracaju. Seguem tocando, incansáveis, onde quer que sejam solicitados. Ainda em carne viva, e sem concessões. **C**



Tortura e morte como política de Estado

Marcos Cardoso

Sempre houve dúvidas sobre quantos assassinatos foram atribuídos ao Estado em razão da repressão política durante a ditadura militar. A Comissão Nacional da Verdade encerrou um pormenorizado trabalho de dois anos e sete meses e, em dezembro de 2014, entregou um documento de mais de 4 mil páginas, onde cita 434 mortos e desaparecidos, com ficha detalhada sobre cada um deles, incluindo circunstâncias da morte ou desaparecimento. Responsabiliza 377 agentes públicos por violações de direitos humanos, sem poupar os generais que se tornaram presidentes da República durante o período.



1. **Choque Elétrico** foi um dos métodos de tortura mais cruéis e largamente utilizados;
2. **Pimentinha** máquina que dava choques em torno de 100 volts;
3. **Palmatória**, geralmente, era utilizado em conjunto com outras formas de tortura.

“[...] ao se debruçar sobre o relatório, não se esqueça que as marcas do passado ainda estão bem presentes: a ditadura acabou, mas no Brasil ainda se tortura e mata em nome do Estado”.

O Relatório, o mais completo retrato sobre a ditadura, afirma que tais violações eram política de Estado. Como a CNV foi instalada, em maio de 2012, para examinar e esclarecer violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, há 12 assassinatos que não se relacionam diretamente à ditadura militar, como o de Angelina Gonçalves, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio Grande do Sul, que morreu no dia 1º de maio de 1950, com um tiro na cabeça disparado pela polícia, ao participar de manifestação pelas comemorações ao dia do trabalhador.

Há o registro do assassinato de João Pedro Teixeira, membro da Liga Camponesa, no interior da Paraíba em abril de 1962, e do estudante Ari Lopes de Macedo, em Brasília, em fevereiro de 1963. Também constam do documento os oito assassinados no episódio conhecido como “Massacre de Ipatinga”, Minas Gerais, ocorrido em outubro de 1963, quando uma operação policial disparou contra trabalhadores grevistas. Por fim, antes das mortes patrocinadas diretamente pela ditadura, consta ainda o assassinato do torneiro-mecânico Paschoal Souza Lima, do sindicato dos trabalhadores da lavoura de Governador Valadares (MG), morto por fazendeiros.

Os primeiros crimes associados à ditadura militar são dos estudantes Ivan Rocha Aguiar e Jonas José Albuquerque Bar-

ros, mortos no Recife no dia 1º de abril de 1964, quando protestavam contra a deposição do governador pernambucano Miguel Arraes. O primeiro era da juventude comunista do PCB. No mesmo dia, houve um atentado em Governador Valadares com duas vítimas, Otávio e Augusto da Cunha, pai e filho que seriam simpáticos à reforma agrária, e duas mortes de pessoas no Rio de Janeiro: da dona de casa Labibe Elias Abduch, que buscava no Clube Militar informações sobre um filho, e de Ari de Oliveira Mendes Cunha, que participava de manifestação no Centro.

Era o começo da longa noite de terror que prostrou o Brasil por 21 anos. O documento da CNV expõe com os exemplos das vítimas que as diversas classes sociais e categorias profissionais sofreram com a perseguição implacável dos agentes da ditadura. E, ao contrário do que erroneamente se pensa, militares também foram vítimas. O tenente-coronel Alfeu de Alcântara Monteiro foi o primeiro militar morto em decorrência da repressão aos opositores após o golpe. Ele foi metralhado dentro do próprio gabinete, em Porto Alegre, executado por um colega oficial da Aeronáutica por recusar-se a apoiar o golpe militar que derrubara o então presidente da República João Goulart. Logo, outros militares também foram mortos pelo regime.

Camponeses, ferroviários, operários, funcionários públicos, profissionais liberais

e religiosos, a ditadura não poupava ninguém. Três sergipanos morreram torturados ou em consequência das torturas: o sargento do Exército Manoel Alves de Oliveira, no Rio de Janeiro; Lucindo Costa, servidor público em Santa Catarina; e a economista Therezinha Viana de Assis, em Amsterdã, na Holanda. *(veja o texto a seguir)*

Há o caso emblemático do estudante Edson Luiz Lima Souto, que morreu no dia 28 de março de 1968, aos 18 anos, após ter sido atingido por disparo de arma de fogo durante uma manifestação no interior do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.

O padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, pernambucano, 28 anos, era um perseguido do Comando de Caça aos Comunistas. Numa noite de maio de 1969, após uma reunião com jovens e pais de alunos, foi visto com três homens entrando numa Rural. O corpo foi encontrado na manhã seguinte numa sarjeta, com marcas de tortura.

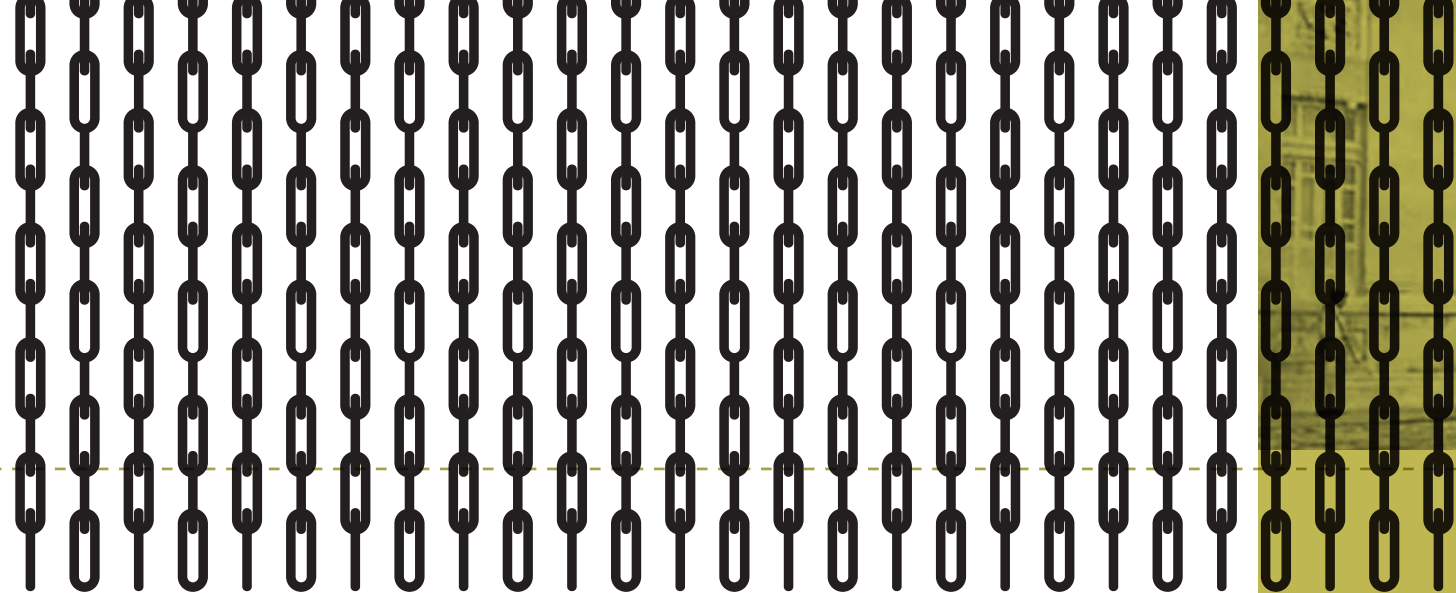
Frei Tito

Religioso vitimado mais conhecido pelos militares foi o frei Tito de Alencar Lima, que se suicidou em agosto de 1974, no Convento Sainte Marie de La Tourette, na França. As sevícias que sofreu o marcaram na alma. Preso em 4 de novembro de 1969, em uma operação realizada pela polícia de São Paulo contra os religiosos dominicanos acusados de apoiarem

Carlos Marighella, Tito foi levado para o DOPS-SP, onde permaneceria por aproximadamente 40 dias. Torturado pessoalmente pelo delegado Sérgio Fleury, foi enviado ao presídio Tiradentes na primeira quinzena de dezembro.

Em seguida, no dia 17 de fevereiro de 1970, foi levado para a sede da Oban, embrião dos Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), onde enfrentou o período mais duro de torturas sob comando do capitão Maurício Lopes Lima. Em carta-denúncia escrita de dentro da prisão, Tito expôs em detalhes as bárbaras torturas físicas a que foi submetido, desde espancamentos até choques, telefones e pau-de-arara. Mais que os seguidos dias de interrogatórios violentos, Tito denunciou o processo de desconstrução de sua subjetividade, evidenciado por meio da fala de seu principal torturador: “Quiseram-me deixar dependurado toda a noite no pau-de-arara. Mas o Capitão Albernaz objetou: ‘Não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia.’”

Seus torturadores gritavam contra a Igreja Católica e acusavam-no de ter abandonado os ensinamentos do evangelho. Diziam que a culpa de Tito era confirmada por sua resistência em entregar qualquer



OS SERGIPANOS PRESOS, TORTURADOS, MORTOS

informação aos torturadores. Afirmavam que seria expulso da Igreja por ser terrorista: “A certa altura o Capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca ‘para receber a hóstia sagrada’. Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, berravam que os padres são homossexuais porque não se casam”.

O frade dominicano Xavier Plassat, que conviveu com Tito na França, lembrou o quanto ele viveu atormentado pelas frequentes acusações de traição a que foram submetidos os religiosos que se engajaram na defesa dos direitos humanos e na resistência ao autoritarismo e pelo receio de ter delatado os irmãos religiosos. “Tito é brutalmente submetido a uma tortura que imprime em seu corpo e coração estas acusações, esta dupla recusa dos compromissos fundamentais de sua existência: o Evangelho para o homem. Depois das dores, ele teme ter falado demais e entregue novas vítimas aos torturadores”.

Esses são só alguns dos 434 casos didaticamente relatados pela Comissão Nacional da Verdade, com a seguintes conclusões e recomendações: “Diante das investigações realizadas, conclui-se que morreu em decorrência de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e a responsabilização dos demais agentes envolvidos”.

Além de enumerar as vítimas e os torturadores, o documento da Comissão da Verdade faz 29 recomendações, entre elas a desmilitarização das Polícias Militares e a responsabilização criminal de torturadores e agentes públicos, impedida pela Lei de Anistia, de 1979. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal votou pela manutenção da Anistia, também defendida pela presidente Dilma Rousseff, que foi perseguida e torturada na ditadura.

Dilma defendeu os “pactos políticos que levaram o país à redemocratização” e chorou ao falar do trabalho da CNV e relembrar o período. “A verdade não significa revanchismo, não deve ser motivo para ódio ou para acerto de contas”, afirmou. Ela agradeceu e elogiou o trabalho dos integrantes da Comissão e disse que a conclusão das atividades não representa um ponto final nas investigações das violações de direitos humanos na ditadura. Segundo Dilma, o Estado brasileiro vai se debruçar sobre o relatório, “olhar as recomendações e propostas e tirar as consequências necessárias”.

Que, ao se debruçar sobre o relatório, não se esqueça que as marcas do passado ainda estão bem presentes: a ditadura acabou, mas no Brasil ainda se tortura e mata em nome do Estado.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade revelou que três sergipanos foram assassinados pela ditadura militar. Muitos outros sofreram por terem lutado contra o regime de exceção e a favor da liberdade de expressão, ou simplesmente por discordarem do governo dos generais, imposto durante 21 anos a partir de abril de 1964. Alguns guardaram para sempre marcas indeléveis como um registro da coragem de se manifestar contra o arbítrio.

O caráter reacionário da nova fase política configurou-se em Aracaju no dia 1º de abril, após a prisão do deputado federal Euvaldo Diniz e do delegado regional do trabalho, que ousaram se manifestar contra o golpe. Lideranças do Sindicato dos Ferroviários também foram conduzidas ao quartel do 28º BC. Mas, na manhã seguinte, todos foram liberados.

Mesma sorte não teve o governador João de Seixas Dória, que retornou do Rio de Janeiro na noite daquele “dia da mentira” e na madrugada do dia 2 foi arrancado do Palácio Olímpio Campos e deposto. Passou meses preso, boa parte do tempo em degredo no arquipélago de Fernando de Noronha. Esses foram os primeiros a sentir a mão pesada da nova ordem institucional.

O primeiro sergipano morto pela ditadura foi o sargento do Exército Manoel Alves de Oliveira, 30 anos incompletos, natural de Aquidabã. Pouco antes do golpe militar, ele foi candidato a presidente do Clube de Subtenentes e Sargentos do Exército, atividade política que certamente o condenou às torturas que sofreu no Regimento Andrade Neves – Escola de Cavalaria, localizado

na Vila Militar do Rio de Janeiro, e consequente morte no Hospital Central do Exército (HCE), na mesma cidade, no dia 8 de maio de 1964. Pesquisas apontam que seu assassinato está inserido no quadro de repressão instaurado no país com a chamada “Operação Limpeza”, segundo o relatório da CNV.

A viúva Norma Conceição Martorelli de Oliveira, afirmou que Manoel foi detido em casa por homens em trajes civis que o conduziram em um automóvel Kombi sem identificação oficial. Ele respondia a Inquérito Policial Militar e foi conduzido para um “interrogatório especializado”. Ao buscar informações junto ao I Exército a respeito do paradeiro, recebeu informações desencontradas. Apenas dois dias depois obteve a confirmação de que o marido estava no HCE. Após um mês de buscas, Norma conseguiu autorização para visitar o marido. Ao vê-lo, percebeu “que o seu corpo estava coberto de marcas, que mais tarde soube serem de ferro quente”.

Também assassinado, o sergipano de Laranjeiras Lucindo Costa, servidor público em Santa Catarina, onde militava no PCB, desapareceu após fazer uma viagem a Curitiba em julho de 1967. Ele tinha 48 anos, era casado e pai de seis filhos. Já havia sido preso duas vezes como subversivo. Posteriormente, a esposa Elisabeth Baader recebeu a informação de que ele morreu atropelado e foi enterrado como indigente. Era mentira, claro. Foi provavelmente detido, torturado e morto.

Preso anteriormente pelos órgãos da repressão, Lucindo mantinha contato com opositores da ditadura militar, como o major Cerveira,



Manuel Alves de Oliveira



Frei Tito



Therezinha Viana



Seixas Doria

mais tarde morto pela repressão, e o professor Vieira Neto, militante do Partido Comunista Brasileiro. À época de seu desaparecimento, Lucindo morava com a família em Mafra (SC) e trabalhava no Serviço de Classificação de Rio Negro (PR), do Ministério da Agricultura.

Therezinha Viana de Assis

Também considerada assassinada pelo Estado brasileiro foi a aracajuana Therezinha Viana de Assis, economista que concluiu o curso na Universidade Federal de Sergipe, em 1965. Mudou-se para Belo Horizonte, onde foi funcionária da Caixa Econômica Federal. Militante da Ação Popular (AP), Therezinha foi presa e torturada por agentes da repressão entre os anos 1968 a 1972.

No início de 1973, ela exilou-se no Chile, onde fez um curso de pós-graduação na Universidade de Santiago. Passou a militar no Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Após o golpe militar que depôs Salvador Allende, Therezinha buscou asilo político na Holanda. Morou inicialmente em Rotterdam e depois em Amsterdã. cursou o doutorado em Economia e trabalhou, até setembro de 1977, na área de planejamento da prefeitura de Amsterdã. Therezinha Viana de Assis morreu em 1978, aos 36 anos de idade, naquela capital dos

Países Baixos, como resultado das sequelas da tortura a que foi submetida.

Durante o período em que residiu em Amsterdã, Therezinha manteve correspondência com sua irmã, Selma Viana de Assis Pamplona, por meio de cartas. Em depoimento, Selma contou que, em 1977, Therezinha viajou por vários países da Europa. Em algumas correspondências, contou à irmã que se sentia perseguida, pois mesmo viajando para outros países via as duas ou quatro mesmas pessoas, que, segundo ela, estariam seguindo seus passos.

Nessa época em que Therezinha passou a se sentir perseguida, um de seus amigos exilados lhe recomendou que tivesse cuidado, pois sabia que policiais do Chile e do Brasil estavam perseguindo exilados em diversos países. Em setembro ou outubro de 1977, desconfiando que suas correspondências estivessem sendo violadas e que suas ligações eram interceptadas, ela interrompeu a comunicação com a irmã.

Therezinha Viana de Assis foi encontrada agonizante no dia 3 de fevereiro de 1978, sobre a calçada do edifício onde morava em Amsterdã, e levada, ainda com vida, para o Academische Ziekenhuis da Vrije Universiteit, onde foi operada, mas não resistiu. Ela era irmã do político e empresário Antonio Fernandes Viana de Assis, que foi deputado estadual cassado pela di-

tadura e, posteriormente, entre os anos de 1988 e 1989, foi prefeito de Aracaju. Ele morreu em junho de 2010, aos 75 anos.

Deputados e estudantes

Viana de Assis (PR), Cleto Maia (PRT), Nivaldo Santos (PR) e Baltazar Santos (PSD) foram os deputados cassados um mês e meio após o golpe. Também foi cassado o deputado federal João Machado Rollemberg, da Arena. No recrudescimento da repressão, e já no bipartidarismo, em 1969 também foram cassados os deputados estaduais Gilton Garcia, Rosendo Ribeiro, Aerton Silva, Chico de Miguel, Edson Mendes de Oliveira, Santos Mendonça, Baltazarino Santos, Jaime Araújo e Durval Militão.

Estudantes, quase todos militantes e oriundos da UFS, sofreram nessa fase do chamado novo ciclo repressivo iniciado após o AI-5. Principalmente Bosco Rolemberg, Ana Côrtes, Wellington Manguera e Laura Marques, que penaram nas mãos de sádicos torturadores. João Augusto Gama, Benedito Figueiredo e o poeta Mário Jorge Vieira também foram presos.

Em fevereiro de 1976, na Operação Cajueiro, 25 sergipanos foram presos arbitrariamente no quartel do 28º BC, alguns foram torturados e 18 foram processados. Wellington Manguera estava outra vez dentre estes, além dos ferroviários Antônio Bitencourt, Carivaldo Lima Santos, Pedro Hilário dos Santos e Virgílio de Oliveira, dos advogados Jackson de Sá Figueiredo, João Santana Sobrinho, Elias Pinho e Carlos Alberto Menezes, do estudante

e bancário Antônio José de Góis, do comerciante Faustino Alves de Menezes, do jornalista Gervásio Santos, do funcionário público Marcélio Bonfim, do agrônomo Rosalvo Alexandre, do petroleiro Milton Coelho de Carvalho, que ficou cego, e outros.

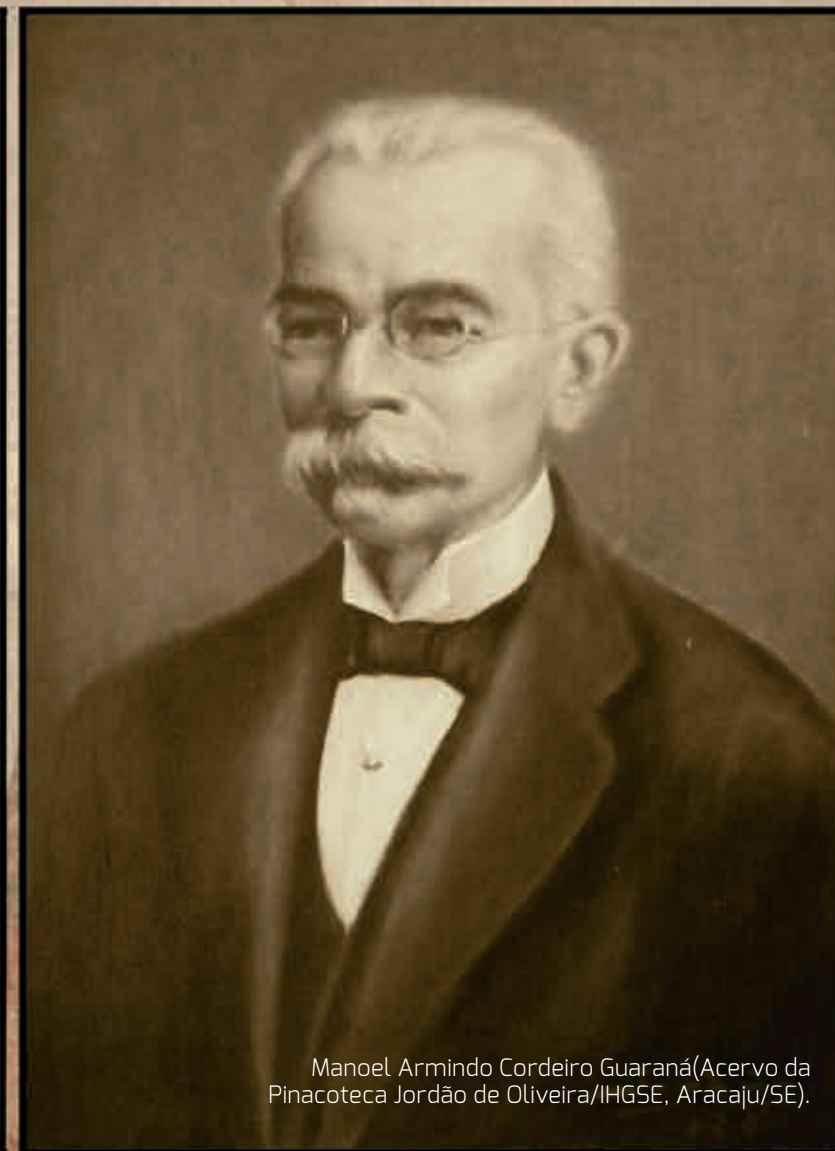
O deputado estadual Jackson Barreto, ligado ao PCB, sofreu a segunda prisão na Operação Cajueiro, foi logo liberado, mas respondeu a Inquérito Policial Militar.

Em maio de 2009, a Caravana da Anistia do Ministério da Justiça julgou, na sede da OAB em Aracaju, 34 processos de sergipanos que se declararam vítimas do regime militar: 22 processos foram deferidos, as vítimas declaradas anistiadas e o presidente da Comissão de Anistia, em nome do Estado brasileiro, desculpou-se pelo sofrimento causado a cada um desses cidadãos que ousaram lutar pela democracia. Dezoito anistiados tiveram reconhecido o direito de serem indenizados ou de terem corrigidas indenizações anteriormente conquistadas. Um deles foi Antônio José de Góis, o Goizinho, que foi torturado e permaneceu 21 dias encarcerado.

Em quatro processos, os requerentes ou familiares deles pediam apenas que o Estado declarasse reconhecer o sofrimento causado e os anistiasse. Dentre esses, processos do radialista e deputado estadual cassado Santos Mendonça e do poeta Mário Jorge, ambos falecidos. Também foram indenizados Jugurta Barreto, Agamenon de Araújo Souza, José Alexandre Felizola Diniz, Rosalvo Alexandre, José Côrtes Rollemberg Filho, Delmo Naziazeno, Antônio Vieira da Costa, Zelita Correia, Walter Oliveira Ribeiro, João Augusto Gama, Benedito Figueiredo, Wellington Manguera e Milton Coelho. **C**



Florentino Telles de Menezes (Galeria do ex-presidentes do IHGSE, Aracaju/SE).



Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Acervo da Pinacoteca Jordão de Oliveira/IHGSE, Aracaju/SE).

Paço Real, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1820. D. João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarves, assinava o decreto que emancipava, politicamente, a Capitania de Sergipe d'El-Rey. Sob a lupa de renomados historiadores, esse é o fato que melhor representa o processo de emancipação política de Sergipe.



EMANCIPAÇÃO CULTURAL DE SERGIPE

Samuel Albuquerque





Vue de la Place du Palais, Rio de Janeiro, s/d. In: DEBRET, Jean-Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Paris: Firmin Didot Frères, 1839. Tomo III, gravura 01, litografia, 20, 5 X 37,4 cm (Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

Tribunal da Relação, Aracaju, 6 de agosto de 1912. Um grupo de pouco mais de vinte intelectuais fundava o “Instituto Historico e Geographico de Sergipe”. Sob a minha lupa, esse é o fato que melhor representa o processo de emancipação cultural de Sergipe, pois o IHGSE foi o locus original dos debates sobre a Sergipanidade.

Desde a sua criação, o Instituto passou a reunir a fina-flor da nossa intelectualidade e capitanear ações que visavam preservar a memória, estudar a história e a geografia e construir uma identidade sergipana. Segundo Itamar Freitas, a entidade “transformou-se no mais importante centro de debates científicos que se tem notícia durante a primeira República” (Freitas, 2007. p. 180). Entretanto, não tenho dúvida que, até fins da década de 1960 (com a instalação da Universidade Federal de Sergipe), o IHGSE conduziu o processo de desenvolvimento das Ciências

Humanas, dando as diretrizes nos fazeres historiográficos, geográficos, sociológicos, antropológicos, arqueológicos e museológicos em nosso estado.

A “Revista do Instituto Historico e Geographico de Sergipe”, que circula desde 1913, é reveladora do pioneirismo da instituição nos debates sobre a identidade local. Uma análise atenta do conteúdo veiculado no referido periódico também revela que os intelectuais do Instituto, mais que estudiosos e intérpretes, foram inventores da Sergipanidade.

Debrucei-me sobre os números da revista que circularam nos dez primeiros anos de existência do IHGSE. Deparei-me, então, com trabalhos dos seguintes “inventores”: Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924), juiz aposentado e autor do monumental “Dicionário bibliográfico sergipano” (1925); Francisco Antonio de Carvalho Lima Junior

1. Luiz José da Costa Filho
2. Manuel dos Passos de Oliveira Telles
3. Adolpho Ávila Lima
4. Francisco Antonio de C. Lima Junior
5. Ivo do Prado Montes Pires da França
6. Joaquim do Prado Sampaio Leite
7. Clodomir de Souza e Silva Aracaju/SE).
8. Elias do Rosario Montalvão

(Fotos do Acervo fotográfico do IHGSE, Aracaju/SE).

(1859-1929), advogado provisionado, político e autor da “História dos limites entre Sergipe e Bahia” (1918); Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1935), juiz e autor de “Sergipenses” (1903); Joaquim do Prado Sampaio Leite (1865-1932), bacharel em Direito, professor e autor de “Sergipe artistico, litterario e scientifico” (1928); Elias do Rosario Montalvão (1873-1935), cirurgião dentista, funcionário público e autor do livro didático “Meu Sergipe” (1916); Adolpho Ávila Lima (1882-?), bacharel em Direito e professor; e Luiz José da Costa Filho (1886-1948), bacharel em Direito, professor e político. Embora praticamente ausentes no grupo de colaboradores da Revista, também estiveram vinculados ao Instituto: Ivo do Prado Montes Pires da França (1860-1924), oficial do Exército e autor de “A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias” (1919); e Clodomir de Souza e Silva (1892-1932), bacharel em Direito, professor, político e autor do “Album de Sergipe” (1920) e de “Minha gente” (1926). Grosso modo, tratam-se dos “doutores que ficaram”, designação que os diferencia dos nossos célebres “intelectuais emigrados”. Eles compõem a primeira geração de intelectuais do Instituto, homens que consagraram seu talento aos estudos sobre Sergipe e que, em maior ou menor escala, contribuíram para inventar a Sergipanidade.

O IHGSE conduziu o processo de desenvolvimento das Ciências Humanas, dando as diretrizes nos fazeres historiográficos, geográficos, sociológicos, antropológicos, arqueológicos e museológicos em nosso estado.

Entre os textos veiculados na Revista, chama atenção (logo de início) o pronunciamento de Florentino Telles de Menezes (1886-1959) na sessão solene de fundação do Instituto. O sociólogo apropriou-se de um discurso cultivado entre os seus pares e afirmou: “Sergipe é pobre e pequeno em território, mas grande pelo trabalho, pela energia e pelo talento de seus filhos, pelo talento que eleva... eleva e nobilita” (Menezes, 1913. p. 10). Daí por diante, a tradição de identificar o sergipano por seus dotes intelectuais, em contraposição à pequenez e à pobreza do nosso território, ganharia tons de tese científica, defendida a ferro e fogo pelos homens letrados da Casa de Sergipe.

Referindo-se ao IHGSE em sua “Historiografia Sergipana”, Itamar Freitas já havia assinalado que “as práticas da instituição, configuradas em suas reuniões semanais e nas páginas da Revista, forjaram uma ‘sergipanidade’ sintetizada na bravura dos soldados e políticos, na visão progressista de alguns governantes do estado e, sobretudo, na inteligência dos seus laureados poetas e pensadores” (Freitas, 2007. p. 180-181).

Bebendo na própria fonte, segui a leitura dos textos veiculados no periódico



Tribunal da Relação
de Sergipe (Acervo
da Pinacoteca
Jordão de Oliveira/
IHGSE, Aracaju/SE).

e, nesse sentido, as colaborações de Prado Sampaio foram as que mais chamaram a minha atenção. Fazendo uso de lentes interpretativas próprias de sua época, notadamente as ideias científicas de Ernest Haeckel e Friedrich Ratzel, esse “inventor” acredita que as manifestações culturais devem ser analisadas a partir dos conceitos de raça (elemento estático) e meio (elemento dinâmico). Para ele, tanto do ponto de vista etnológico quanto mesológico, Sergipe é um berço de talentos. E esses talentos teriam contribuído decisivamente para dar os contornos da literatura e da ciência no Brasil. Os exemplos de Tobias Barreto, Sílvio Romero, João Ribeiro, Gumerindo Bessa,

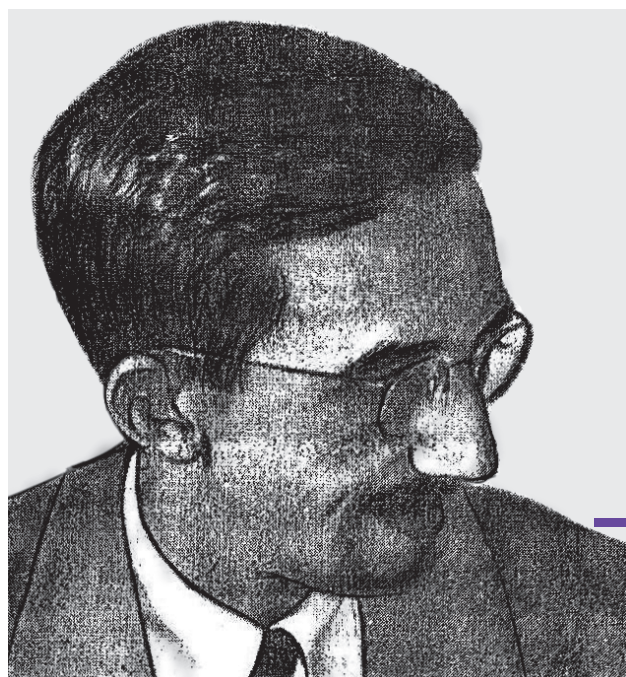
Fausto Cardoso, Felisbello e Laudelino Freire são emblemáticos.

Segundo Jackson da Silva Lima, “a característica literária essencial dos discípulos sergipanos de Tobias Barreto, a notável plêiade dos ‘Bacharéis do Recife’, pode ser rotulada com uma única palavra: sergipanidade, que se consubstancia no interesse cultural superior pelas coisas da terra-berço, sem os ranços execráveis do bairrismo comum. Não se trata, portanto, de uma exaltação pueril e cega da pequena pátria, simplesmente por ser o lugar do nascimento desse ou daquele escritor conterrâneo, mas, sim, a redução sociológica e cultural dos conhecimentos literários e científicos universais, tendo como ponto de partida a realidade terrantês, em seus múltiplos aspectos. É o que fizeram todos os seguidores de Tobias Barreto (1839-1889), merecendo menção destacada, em termos regionais: Gumerindo Bessa (1859-1913), Prado Sampaio (1865-1932) e Oliveira Teles (1859-1939), seu último discípulo entre nós” (Lima, 2012).

Para além dos estudos de José Calasans e Itamar Freitas sobre a nossa Historiografia, o legado intelectual dos inventores da Sergipanidade merece nossa atenção. Tenho notícias (colhidas, sobretudo, na Plataforma Lattes do site do CNPq) de trabalhos de conclusão de curso, produzidos no Departamento de História da UFS (sob a orientação dos professores Francisco José Alves, Itamar Freitas de Oliveira, Terezinha Alves de Oliva e Antônio Lindvaldo Sousa) e no curso de História da Universidade Tiradentes (sob a orientação dos professores Maria Nele dos Santos e José Vieira da Cruz), que seguiram esse caminho. Contudo, o difícil acesso a essas monografias, esquecidas nas prateleiras das bibliotecas universitárias (sucumbindo ao “pó dos arquivos”, como diria Carvalho Lima Junior), acaba por dificultar a circulação do conhecimento acadêmico. Devo assinalar que a Revista do IHGSE está aberta à publicação de resumos ou partes essenciais desses trabalhos!

Enquanto reflexão final, registro que, mesmo percebendo a necessidade de se estudar o legado dos pioneiros, não devemos nos descuidar com as novas faces da Sergipanidade. Mais que nunca, novas memórias emergem e novas identidades são forjadas. Mas ainda assim, estou certo de que a data da fundação do IHGSE pode e deve ser tomada como referência no processo de emancipação cultural de Sergipe. O dia 6

de agosto de 1912 está para o campo cultural assim como o 8 de julho de 1820 está para o campo político. O nosso Instituto representa uma espécie de “marco zero”, um centro irradiador das reflexões sobre a nossa identidade. As instituições literárias e científicas surgidas posteriormente acabaram por asfaltar e ampliar a estrada que foi aberta pelos intelectuais da centenária “Casa de Sergipe”. **C**



José Augusto Garcez

O guardião da cultura sergipana

Anselmo Oliveira

Existem pessoas que nascem com uma missão definida. Não adianta mudar o rumo que o destino chama de volta para a trilha para o qual foi enviado.

Assim, poderíamos começar a falar de um homem franzino, de saúde frágil, que superando expectativas se tornou um símbolo da museologia em Sergipe, José Augusto Garcez, nascido na Usina Escorial, em Sergipe, em 1918, filho de Sílvio Sobral Garcez e Carolina Sobral Garcez. Os seus estudos secundários foram iniciados no Colégio Tobias Barreto, em Aracaju, e concluídos em Salvador-BA, no Colégio Maristas. Começou a estudar Direito ainda na Bahia, porém não concluiu por força de problemas de saúde.

Aos 20 anos, iniciou atividade jornalística como articulista contribuindo

para os jornais na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e, principalmente em Sergipe.

A sua curiosidade intelectual o levou a fundar em 1948, com recursos próprios, o “Museu Sergipano de Arte e Tradição”, que registrou um acervo considerável sobre a cultura material de Sergipe, fruto da coleta de material feitas pelo próprio José Augusto Garcez em suas viagens pelo interior do Estado. Nascia o antropólogo autodidata que vai dedicar toda uma vida na pesquisa e catalogação do patrimônio cultural sergipano.

Precursor da museologia sergipana, José Augusto Garcez, que possibilitou a publicação de “O destino da Província” (1954), “Canudos Submersos” (1956) e “Holandeses em Sergipe” (inédito), e indo aonde o povo estava, do outro lado do rádio, criou o programa radiofônico “Panorama Cultural” em 1949, na Rádio PRJ 6, no qual divulgou as pesquisas desenvolvidas no Museu Arte e Tradição, principalmente a poesia, literatura sergipana e brasileira.

A sua inquietude cultural o fez idealizar o Serviço de Pesquisa e Documentação Cultural-Científica. Com a missão de resgatar documentos sobre a história sergipana, criou também a Biblioteca Popular Tobias Barreto, sempre focado em redescobrir os valores culturais de Sergipe.

Em 1953, José Augusto Garcez criou o Movimento Cultural de Sergipe, o qual chegou aos anos 60 com cerca de 37 livros publicados, revelando grandes nomes da literatura sergipana e reafirmando outros, a exemplo do professor Florentino Menezes, do magistrado José Bezerra, do poeta Santo Souza, da poeta e romancista Gizelda Moraes, do poeta José Sampaio e do próprio José Augusto.

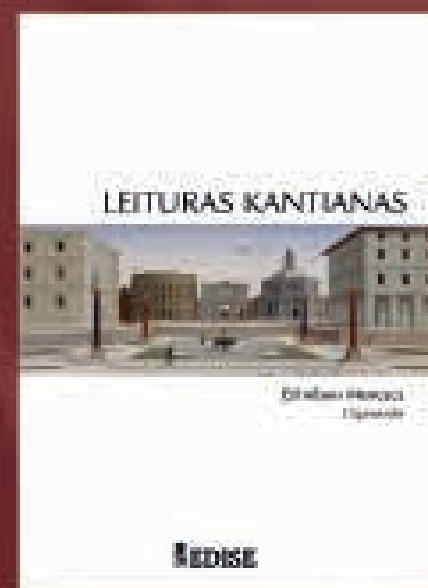
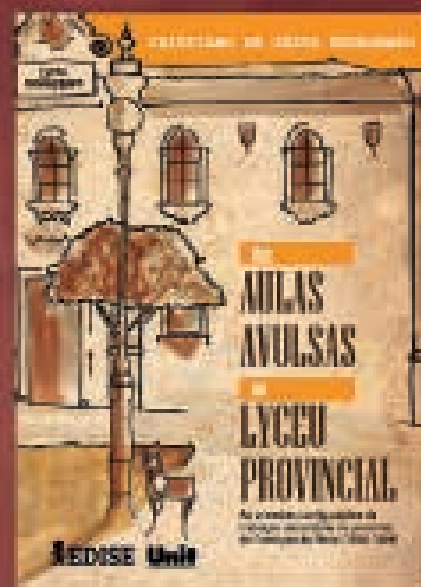
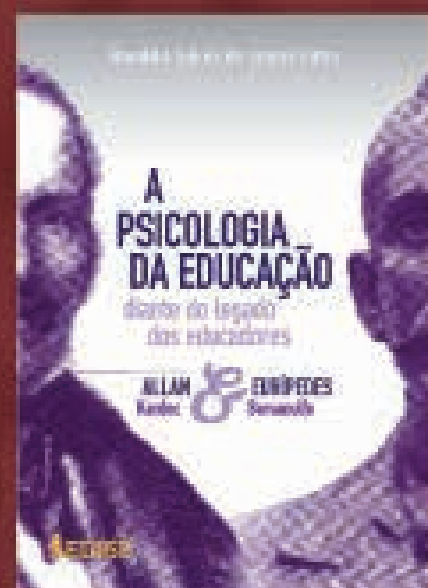
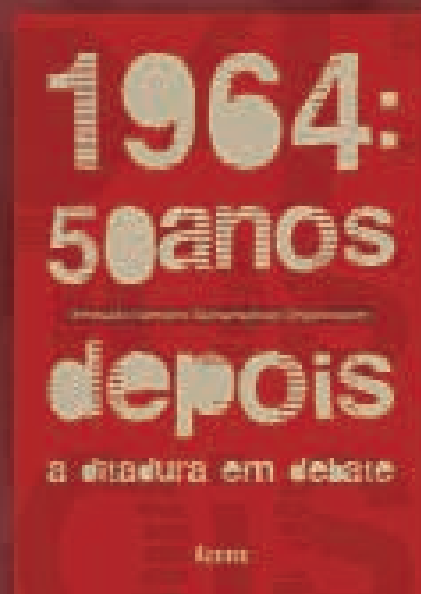
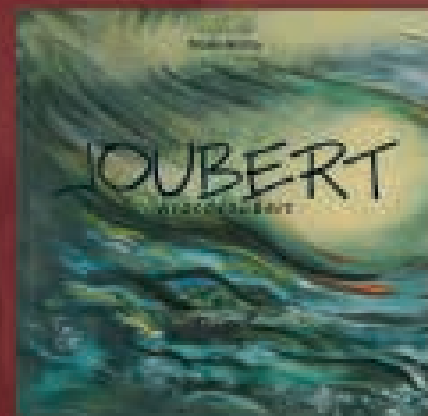
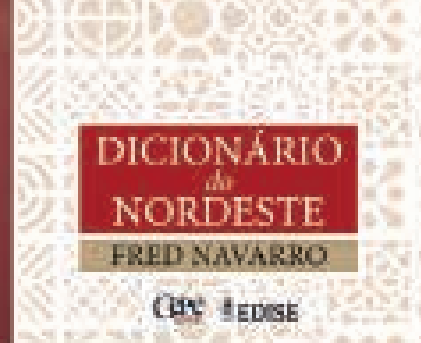
Antropólogo que se descobriu pelo amor à cultura, comunicador social que soube usar o jornal e o rádio, meios de comunicação tão importantes na sua época, José Augusto Garcez saiu da práxis para a teoria, e deixou registrado seu pensamento no campo da museologia com a edição do seu “Realidade dos Museus em Sergipe” (Livreria Regina: Aracaju, 1958), o que garantiu a ele um lugar de destaque como o precursor da museologia sergipana, contribuindo criticamente para o futuro dos museus sergipanos.

O seu esforço pessoal, mantendo, com os seus proventos da aposentadoria de funcionário do Banco do Brasil, o Museu Sergipano de Arte e Tradição, a Biblioteca Popular Tobias Barreto, o Museu de História e Ciências e um Arquivo sobre as figuras públicas do Estado de Sergipe, o fez oferecer, para garantir a sua continuidade, ao Município de Itaporanga D’Ajudá, como se revela na correspondência que dirigiu em 1987 ao então Prefeito Arnaldo Garcez.

Fonte de inspiração para outros pesquisadores que o sucederam, entre eles, Luiz Antonio Barreto, que deixou para a posteridade valioso acervo sobre a cultura sergipana e brasileira através do Instituto Tobias Barreto, hoje sob a proteção da Universidade Tiradentes.

Membro da Academia Sergipana de Letras, cadeira 22, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Sociedade Brasileira de Folclore, da Associação Sergipana de Imprensa e da Associação Brasileira de Imprensa, entre outras instituições, José Augusto Garcez não pode ser esquecido, as novas e futuras gerações de sergipanos têm uma história para contar por causa da sua dedicação e do seu amor à cultura. **C**

“A EDISE tem a grande satisfação em fazer parte dessas histórias.”



facebook.com/segrase

Email: segrase@segrase.se.gov.br

Tenha nossos livros em sua casa.
Compre pelo site www.segrase.se.gov.br

Rua Proprietá, 227 – Centro – Aracaju/SE
11-3208-7421



EDISE



